



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E ONZE

"Artigo décimo segundo, número um, alínea b) do Regimento"

-----Aos trinta dias do mês de Dezembro de dois mil e onze, no auditório do edifício dos Paços do Concelho, Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim pelas vinte e uma horas e doze minutos, encontrando-se presente a maioria dos membros que compõem a Assembleia Municipal, reuniu esta em sessão ordinária, com o objectivo de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO A BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PONTO DOIS - APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO PARA O ANO DE DOIS MIL E DOZE (INCLUINDO O QUADRO E MOVIMENTO DE PESSOAL), NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

PONTO TRÊS - APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA, PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS E CADERNO DE ENCARGOS E AINDA A DECISÃO DE CONTRATAR ATRAVÉS DA ADESÃO AO PROCEDIMENTO DE “AQUISIÇÃO DE ENERGIA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO E BAIXA TENSÃO ESPECIAL



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ATRAVÉS DA CENTRAL DE COMPRAS ELECTRÓNICAS DA CIMLT. -----

PONTO QUATRO - APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS QUE DECORRERÃO DO CONTRATO A CELEBRAR DE: "APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA, LANÇAMENTO DE CONCURSO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS E CADERNO DE ENCARGOS PARA CONCURSO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS, GASÓLEO A GRANEL, GÁS PROPANO E LUBRIFICANTES ATRAVÉS DA CENTRAL DE COMPRAS ELECTRÓNICAS DA CIMLT". -----

PONTO CINCO – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO DE ALMEIRIM. -----

PONTO SEIS – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO MUSEU MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALMEIRIM. -----

PONTO SETE – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO. -----

PONTO OITO – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DA GALERIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM. -----

PONTO NOVE – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO e VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PERCENTUAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR NO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM NO ANO DE DOIS MIL E DOZE, SEJA DE ZERO VIRGULA VINTE E CINCO POR CENTO. -----

PONTO DEZ – APRECIÇÃO DA ACTUAL SITUAÇÃO LABORAL DOS TRABALHADORES DA EX-ALDESC.EM, A DESEMPENHAREM ACTUALMENTE FUNÇÕES PARA A CÂMARA MUNICIPAL. -----

PONTO ONZE – APRECIÇÃO SOBRE INTERESSE PATRIMONIAL DOS EDIFÍCIOS DO IVV (INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO), LOCALIZADOS NAS



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

FREGUESIAS DE ALMEIRIM E BENFICA DO RIBATEJO. -----

-----PERIODO ANTES-DA-ORDEM-DO-DIA-----

----- (Artigo décimo oitavo, número um do Regimento) -----

Procedeu-se à verificação das presenças dos elementos que compõem a Assembleia Municipal de Almeirim, convocados pelo Senhor Presidente da Assembleia nos termos do número um, alínea b) do artigo cinquenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada em anexo à Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conjugado com o número um, alínea **b**) do artigo sétimo do Regimento, tendo-se verificado as seguintes presenças: Na mesa; José Francisco Correia Afonso Marouço, (Presidente da Mesa da Assembleia Municipal); Carlos Manuel Russo Mota (Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia); Teresa Isabel Almeida Filipe (Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal); Domingos Manuel Monteiro Martins; Maria José Duarte Seródio Dias; Manuel Luís da Cruz Bárbara; Luiz Filipe Esteves Neves Inês; Rui Manuel Oliveira Pinto Pires; Aquilino Manuel Pratas da Silva; José Rodrigues; Jorge Alexandre Castro Videira Veiga Dias; Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha; Ana Lúcia Mesquita Nunes Gomes Ribeiro; João Miguel Gonçalves Lopes; Samuel Amorim Prôa; Manuel de Almeida Minderico; Pedro António Mendonça Ramos; Manuel Virgínia Lourenço; Carla Marina Sousa Jesus Silva; Manuel Bastos Martins (Presidente de Junta de Fazendas de Almeirim); Joaquim Francisco Leonor Sampaio (Presidente da Junta de Almeirim); José David Ventura Gouveia (Presidente de Junta da Raposa); Alfredo da Silva Trindade (Presidente da Junta de Benfica do Ribatejo); do Executivo Municipal o Senhor José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (Presidente da Câmara Municipal); Maria Emília Castelo A. Botas Moreira (Vereadora). José Carlos Silva (Vereador), e Maria de Fátima Rodrigues Pina (Vereadora) e Francisco Manuel Maurício do Rosário (Vereador). -----

Registo de faltas da Assembleia: Duarte José Vilhais Mota Cerveira (MICA); -----

----- Sendo vinte e uma horas e dez minutos, declarou o senhor Presidente da Assembleia Municipal, aberta a sessão. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Boa noite ao Executivo Municipal, Deputados Municipais e público presente. Verifico que existe quórum na Assembleia, pelo que declaro aberta a sessão ordinária de Dezembro de dois mil e onze. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Estão presentes vinte e três elementos dos vinte e cinco que compõem esta assembleia. -----

Ou seja, quinze elementos do Grupo do PS, três do Grupo do MICA, três do Grupo da CDU e dois do Grupo do PPD/PSD. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vou começar esta sessão colocando à apreciação, para depois podermos votar, a acta da Sessão Ordinária do Mês de Setembro de dois mil e onze. Não havendo inscrições, vamos passar à sua votação. --

----- * **Votação da acta da sessão ordinária do Mês de Setembro de dois mil e onze.** Aprovada com vinte e um votos a favor, catorze do grupo do PS, dois do grupo do MICA, três do grupo da CDU e dois do grupo do PPD/PSD. Duas abstenções, uma abstenção do grupo do PS, e uma do Grupo do MICA. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MANUEL LUÍS BÁRBARA (Grupo do PS) »» A minha abstenção prende-se com o facto de não ter estado presente na reunião, por motivos atempadamente justificados.

-----CORRESPONDÊNCIA-----

----- (Artigo vigésimo quarto, alínea b) do Regimento) -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Vou passar a dar conta da correspondência recebida. -----

Foi recebida entre a última sessão ordinária da Assembleia, datada de trinta de Setembro de dois mil e onze, e a presente sessão ordinária, a seguinte correspondência, enviada por: -----

Assembleia Municipal de Alpiarça – Ofício a informar o nome do representante da Assembleia Municipal de Alpiarça no Conselho da Comunidade ACS – Agrupamento de Centros de Saúde Lezíria II. -----

Tribunal de Contas – Ofício a solicitar informação relativas ao período de tempo em que Armindo Castelo Bento fez parte da Assembleia Municipal e respectivas funções.

GRUPO PARLAMENTAR “OS VERDES” – Convite para assistir à “Audição Pública parlamentar sobre o Sector Rodoviário” no dia vinte e seis de Julho na Sala do Senado na Assembleia da República. -----

CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo – Ofício a enviar boletim informativo do Mês de Novembro; Ofício a enviar os documentos previsionais para o ano de dois mil e doze-----

FREGUESIA DE ALMEIRIM – Envio de cartão de “boas festas”. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: Ofício a solicitar a marcação de uma Assembleia Municipal ordinária para o mês de Dezembro. -----

Grupo da CDU na Assembleia Municipal de Almeirim – Email a enviar recomendação relativa ao ponto décimo primeiro da Sessão da Assembleia Municipal de Dezembro, posteriormente, um outro email onde consubstanciava um dos pontos como recomendação.-----

Se me permitem, faria uma chamada de atenção ao Grupo da CDU. -----

Estou aberto, como não podia deixar de ser, agendar pontos na Ordem de Trabalhos, indicados por qualquer grupo da Assembleia Municipal, no entanto há questões que têm o seu momento próprio indicado pelo Regimento para serem tratados. Uma recomendação deve ser tratada no PAOD - Período Antes da Ordem do Dia, e não na ordem de trabalhos. -----

No entanto, quando agendei a Ordem de Trabalhos desta sessão, não sabia que se tratava de uma recomendação. Por isso, para uma próxima vez que pensem numa recomendação, o Grupo da CDU ou outro Grupo, não me peçam para introduzir na ordem de trabalhos, pois, tratando-se de uma recomendação, deve ser tratada no PAOD. -----

Justificação de Faltas: Ofício de Manuel Botas Soares (Grupo do PS), a solicitar a sua substituição na sessão ordinária de Dezembro; Ofício de Carlos Alberto Coelho Arraiolos (MICA) a solicitar a sua substituição na sessão ordinária de Dezembro, Ofício de Susana Margarida Fernandes Mendes (MICA) a solicitar a sua substituição na sessão ordinária de Dezembro; Ofício de Armindo Castelo Bento (MICA) a solicitar a justificação de falta para a sessão ordinária de Dezembro, Ofício de Vera Maria Cortimpau Soares (MICA) a solicitar a justificação de falta para a sessão ordinária de Dezembro; Ofício de Fernando Manuel de Oliveira Botas Videira (MICA) a solicitar a justificação de falta para a sessão ordinária de Dezembro. Ofício de Tiago Correia Campos (MICA) a solicitar a justificação e falta para a sessão ordinária de Dezembro; Ofício de Rui Alexandre Monteiro Valente (MICA) a solicitar a justificação e falta para a sessão ordinária de Dezembro e Ofício de Ana Sofia Casebre (MICA) a solicitar a justificação e falta para a sessão ordinária de Dezembro. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Antes de entrar-mos propriamente no PAOD – Período Antes da Ordem do Dia, gostaria de deixar um apelo. -----

Como podem verificar, a Ordem de Trabalhos é extensa, os assuntos a tratar são muitos, e portanto lembrar todos os Grupos, que serei rigoroso na observância dos



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

tempos e recordar que para o PAOD, o Regimento reserva uma hora. Portanto, todos os Grupos vão ter de entender que tenha de ser um pouco mais rigoroso, hoje! ----- Além disso, gostaria de fazer um apelo, para que o bom senso imperasse e que gastássemos tempo com questões essenciais e não nos dispersássemos por assuntos que por vezes só servem para perdermos tempo. -----

Estão agora abertas as inscrições para que os Senhores deputados se possam inscrever para intervirem sobre assuntos de interesse local ou colocar alguma questão ao Executivo Municipal. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Muito boa noite a todos. ----- Não quero fazer nenhuma pergunta ao Executivo, não é o momento nem o período para isso, quero simplesmente intervir como é possível no PAOD. -----

Costumasse nesta quadra, desejar as tradicionais “Boas Festas” e desejar muitas coisas boas para o ano seguinte, mas este ano todos sabemos que o ano que aí vem, não é muito risonho para a maioria dos portugueses, nomeadamente para aqueles que aqui estão sentados nesta sala e que trabalharam anos ao serviço da Câmara no quadro da ALDESC e que foram agora remetidos para o desemprego. Para muitos destes trabalhadores, para os que estão desempregados, para os que estão doentes e que vêem os Centros de Saúde encerrar, ou parte dos serviços prestados por eles, como no caso de Almeirim, com o encerramento do atendimento complementar, e agora com as ameaças que pairam sobre as extensões das várias Freguesias, o espírito não é de festa. -----

Para os jovens, a quem o nosso Governo manda emigrar depois de ter investido na educação dos mesmos e na sua formação durante alguns anos. Para aqueles jovens que gostariam de estudar mas que viram as bolsas cortadas e que se vêem obrigados a deixar o ensino superior, para todos estes o ano não parece muito risonho assim como para muitos dos idosos que com o aumento da tarifa da electricidade não se vão poder aquecer devidamente, para todos estes, a CDU só tem uma coisa a dizer, é preciso lutar, pois para todos estes não chegam votos abstractos de “Boas Festas” como se diz todos os anos e por rotina. Para estes a saúde e a felicidade está directamente dependente das políticas que o Governo faz ou fará para atender à sua qualidade de vida, e também das políticas que os eleitos locais farão, nomeadamente a Câmara Municipal de Almeirim. -----

Para todos estes trabalhadores, para todas estas pessoas que vêem este Fim de Ano e o início do ano com muita inquietude, nós queremos deixar uma mensagem da parte da CDU. Uma mensagem de esperança, pois já houve outros momentos maus, mas



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

que não é resignando-nos que damos a volta a esses momentos, é lutando. Se lutarmos, se continuarmos firmes a defender direitos, a defender aquilo para o qual trabalhamos, o direito à saúde, à educação, ao nosso salário e que nos está a ser roubado, roubado pelos bancos, e outras entidades que estão a ser protegidas pelas políticas governamentais, melhores dias virão. É na luta que sempre se deu, historicamente, a volta às questões. É não vergando e não acreditando nas promessas daqueles que mentem um dia, dois dias, três dias. As pessoas não podem continuar a acreditar neles, e a dar-lhes no momento das eleições repetidamente o voto, depois de já terem visto que eles mentem sucessivamente. O que é preciso é continuar com esperança. É verdade que estes votos não são nada de muito bom no sapatinho, mas são uma mensagem, que relembra já houve períodos piores e aos quais conseguimos dar a volta, porque houve gente que lutou. Por isso também vamos dar a volta a isto, temos potencialidades no país, temos gente nova, temos gente formada, temos recursos naturais, temos saber, por isso havemos de dar a volta a isto. Não há dúvida! Estou convicta que dentro de algum tempo retomaremos a rotina das “Boas Festas, e muita saúde para todos”. -----

Para findar, julgo que houve uma boa notícia para o Concelho de Almeirim, neste fim de ano. Foi a pedra colocada definitivamente em cima da célebre “Prisão”. Acabou. Os sobreiros vão continuar a crescer. Julgo que é com algum orgulho que a CDU está aqui hoje, pois deu um contributo importante durante todo este percurso para o fim da dita prisão, que tanto faz rir o Vereador Pedro Ribeiro, que já se estava a preparar para cortar a fita. Mas vai ter de arranjar outra fita para cortar, a da prisão não será, em todo caso por muitos anos. Mas, o senhor vereador tem o direito de não desesperar, e de pensar que ainda a pode inaugurar quando for velho, espero é que não seja ali, pois como nós sempre dissemos, não estamos contra à construção de novas prisões, mas ali não. Para já o assunto fica enterrado. -----

Não podia findar sem deixar aqui um recado ou diremos, um voto de esperança de nunca mais vir a saber que um Vereador da Câmara Municipal, neste caso refiro-me a uma Vereadora, que entre nas salas de aulas para pregar sermões aos nossos pequenotes. Esse tempo já passou, o tempo onde o poder político, ou outro, invadia as salas de aula, ou outros institutos públicos, para ameaçar as pessoas. Esperamos que isto não volte a acontecer. E estamos seguros que isto não voltará. -----

Muito Boa noite e obrigado. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Têm agora a palavra o senhor deputado Aquilino Fidalgo. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» Boa noite Senhor Presidente, caros colegas e respeitadíssimo público. -----

Três assuntos muito rápidos. Um deles já foi tocado pela Deputada Manuela Cunha, mas sobre os quais eu não posso deixar de tecer algumas considerações. -----

Sobre o concurso que decorre e que muita afluência tem tido para guarnecer as instalações da Câmara com os profissionais que são necessários, carece de alguma ratificação ao procedimento concursal. É uma pena, mas parece que é uma “sina” os procedimentos da nossa autarquia normalmente terem sempre alguns atropelos pelo caminho, e normalmente ninguém é responsabilizado, nem ninguém assume as custas mais uma vez para os contribuintes, de todos estes processos e procedimentos incorrectos. -----

Também no Mirante, “Novo edifício do Centro Paroquial de Almeirim não pode ser construído no terreno oferecido pela Câmara”. Mais uma vez, e infelizmente parece que é “sina” nesta autarquia, não há nenhum processo que corra com todos os tramites legais, e que tenham um bom porto. Um particular que ofereça um terreno para o que quer que seja, admite-se que não saiba que não se pode construir. Uma Câmara que oferece um terreno e que cria expectativas e permite o início do processo, penso que é inadmissível que não saiba que fisicamente não é possível lá colocar esse tipo de infra-estrutura. -----

Diz a nossa Ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, e sobre a construção do estabelecimento prisional em Paço dos Negros, “que a intenção não é fazer obras faraónicas de novo, mas sim, recuperar as actuais prisões. Segundo a responsável, há muitos estabelecimentos prisionais, que dispõem de uma larguíssima área de implantação, e portanto é possível aumenta-lo e recuperar celas que estão completamente degradadas. Se nós temos espaço nos nossos estabelecimentos prisionais porque é que vamos fazer de novo em outros terrenos com aquisições que são muito pesadas, e sobretudo no momento em que vivemos, questionou.” -----

Isto e muito mais é o que tem defendido todos aqueles que eram contra a prisão em Paço dos Negros. Felizmente que o processo da nova prisão nasceu torto e morreu. Mesmo assim não devemos deixar de recordar alguns momentos que se passaram nesta Assembleia, em que a prisão foi acerrimamente defendida por alguns, infelizmente com a exposição da vida particular dos seus familiares para daí tirarem dividendos políticos chegando o Sr. Presidente da Câmara, e de forma calorosa, a afirmar que “só por cima do seu cadáver ela não seria construída”. Acredito que neste momento e nesta sala, todos aqueles que com o seu silêncio permitiram que todo o



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

processo avançasse até estão felizes por esta pedrada final. É bom recordar a todos aqueles que defendiam que era um grande investimento no nosso Concelho nunca conseguiram provar que o investimento era para o concelho e seus habitantes. Sempre defenderam a prisão com base em falsas vantagens e, mais uma vez, tomando todas as práticas que levariam à imposição pelo facto consumando. Não me vou agora repetir em relação a todas as questões pelas quais nós sempre defendemos a não construção da prisão. A verdade é que o partido que tinha a pretensão e teimosia da construção da prisão naquela local, tinha a maioria na Junta de Freguesia, tinha a maioria na Assembleia de Freguesia, tinha a maioria na Câmara Municipal, tinha a maioria na Assembleia Municipal, tinha a maioria no Governo, e tinha a maioria na Assembleia da República. Mesmo assim não conseguiram construir a prisão. Não sei se devemos chamar-lhes incompetentes, mas não me ocorre de outro adjectivo. –

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Não havendo mais inscrições para este ponto, vou passar a apresentar os votos de louvor, saudação e protesto. Vou começar por um voto de saudação do MICA, que indirectamente se relaciona com o problema da prisão. Que é um voto de saudação por o sobreiro ter passado a ser considerado a árvore nacional de Portugal. -----

-----Voto de Saudação-----

Portugal ganhou mais um símbolo nacional para além da bandeira, do hino e de Sua Excelência o Presidente da República. O sobreiro é desde o dia vinte dois de Dezembro de dois mil e onze a “Árvore Nacional de Portugal”, depois aprovado por unanimidade um projecto de resolução na Assembleia da República, decorrente de uma petição pública com duas mil duzentas e noventa e uma assinaturas. Segue-se agora a criação de um logótipo simbólico e de uma plataforma de trabalho que une Estado, autarquias, universidades, entidades privadas e sociedade civil. -----

O sobreiro é espécie protegida pela legislação portuguesa desde dois mil e um. Mas essa protecção não foi suficiente para travar a regressão da árvore em território português, motivada por práticas erradas, nomeadamente de mobilização, de doenças e interesses imobiliários que sempre viram no sobreiro um inimigo do “desenvolvimento” A partir de agora, abater um sobreiro não será apenas abater uma árvore protegida, mas sim, um símbolo Nacional do nosso País. -----

O sobreiro, árvore mediterrânica com mais de sessenta milhões de anos, ocupa uma área de cerca de setecentos e trinta e sete mil hectares dos mais de três vírgula quarenta e cinco milhões de hectares de floresta em Portugal, segundo o último Inventário Florestal Nacional, de dois mil e seis. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Hoje é responsável por dez por cento das exportações nacionais. De momento, a cortiça é um dos produtos mais importantes da economia nacional. Mas a sua importância não se esgota na cortiça. O importante bioma do montado defende-se intransigentemente e evolutivamente por razões éticas, estéticas, económica e funcionais (gratuitas). -----

Em dois mil e sete foi cunhada uma moeda comemorativa da presidência portuguesa do conselho da União Europeia, cujo tema principal é um sobreiro. O sobreiro também é considerado símbolo de nações como a Alemanha, a Estónia ou os Estados Unidos, e de diversas regiões e entidades Sub Nacionais. -----

A Assembleia Municipal de Almeirim, na sua sessão de trinta de Dezembro de dois mil e onze saúda esta deliberação aprovada pela Assembleia da República no dia vinte e dois de Dezembro de dois mil e onze, de um dos produtos agrícolas muito peso tem na economia do nosso concelho e que muito dignifica os portugueses e Portugal. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Será com grande prazer que o Grupo da CDU vai votar favoravelmente este voto de saudação. Foi com grande prazer que o fizemos na Assembleia da República. Aprová-lo aqui na Assembleia Municipal dá-nos um prazer maior, devida a toda a ameaça que pesou sobre os nossos sobreiros, e que desapareceu agora. Como foi muitas vezes foi explicado, o sobreiro é uma árvore que tudo tem de bom. Ecologicamente, é uma perfeição. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Se permite; é muito lenta a produzir. -----
DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE o voto de saudação relativo ao sobreiro, que é desde o dia vinte dois de Dezembro de dois mil e onze a “Árvore Nacional de Portugal”. (Proposta apresentada pelo Grupo do MICA). -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Apresentado pelo Junta de Freguesia de Raposa, um voto de saudação e agradecimento à Casa Cadaval. -----
-----Voto de Saudação-----

A Assembleia Municipal de Almeirim, reunida em sessão de trinta de Dezembro de dois mil e onze, expressa o seu mais profundo agradecimento à Casa Cadaval, mais propriamente às suas administrações ao longo destes últimos trinta e seis anos. -----
Considerando todas as boas vontades de doações de terrenos feitos por esta casa, como; o Bairro da Quinta de Santo António, feito em duas doações com cerca de cento e trinta mil metros quadrados, duas doações para a ampliação do cemitério com dois mil duzentos e cinquenta metros quadrados e agora para que a obra de primeira necessidade na freguesia (ETAR) pudesse ser uma realidade, a Casa Cadaval ofertou mais mil e quinhentos metros quadrados para a dita obra. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Considerando que a excelentíssima Casa Cadaval contribuiu em muito, mas muito para o desenvolvimento da Freguesia de Raposa, propõe-se a toda a Assembleia um voto de saudação e agradecimento para a Casa cadaval.-----

Solicitamos à Mesa da Assembleia Municipal de Almeirim que, se este voto de saudação e agradecimento for aprovado, o mesmo seja enviado à administração da Casa Cadaval. -----

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE o voto de Saudação e Agradecimento à Casa Cadaval (Proposta apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Raposa). -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Seguidamente vamos apreciar um voto de congratulação apresentado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Raposa. -----

-----Voto de Congratulação-----

O Executivo da Junta de Freguesia de Raposa, pelo seu Presidente, na Assembleia Municipal de Almeirim, reunida no dia trinta de Dezembro de dois mil e onze, vem congratular-se pela inauguração da Estação de Tratamento de Águas Residuais, na Freguesia, no passado dia vinte e dois de Outubro do corrente ano. -----

Era uma obra há muito reivindicada pelo Executivo, assim como pela população, era sem qualquer dúvida a obra mais necessária. -----

Assim, queremos aqui deixar o nosso agradecimento à Câmara Municipal de Almeirim e propomos a todos os digníssimos autarcas desta Assembleia, um voto de congratulação ao executivo camarário, por esta excelente obra ter-se tornado uma realidade. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» Gostaria de pedir um esclarecimento ao senhor Presidente da Assembleia. -----

Vamo-nos congratular pela obra? Vamos dirigir esta congratulação à Câmara Municipal? Tendo em conta o teor, seria importante que os promotores da congratulação explicassem as suas motivações. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» O voto não é dirigido a nenhuma entidade em particular. Tratasse de um voto de congratulação pela construção da ETAR na Raposa. Apesar conter uma referência à Câmara Municipal, como o Senhor Deputado Aquilino Fidalgo do Grupo do MICA assinalou numa referência à Câmara Municipal de Almeirim”. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Mais algum deputado pretende intervir sobre este assunto? -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Tenho repetido em quase todas as reuniões a mesma coisa. Num destes dias teremos de fazer uma acção de formação, da



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Assembleia, sobre como é que se redige os votos. O que acabo de dizer também é válido para a moção da CDU, que vem a seguir. -----

Aquilo que se aprova são textos escritos, uma parte ou por inteiro. Da última vez esteve em discussão um voto do PSD que se congratulava a si próprio. Agora vem o Senhor Presidente da Junta de Raposa congratular-se. Se quer que seja a Assembleia, a congratular-se sua redacção do voto deve conter esse facto. -----

Por fim, quero dizer que o que é aqui louvado não é mais do que um dever das autarquias. Não temos de agradecer, pois o Executivo está lá para isso, para trabalhar, é pago para isso, e por acaso, este trabalho até já é obra das Águas do Ribatejo. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE RAPOSA »» Boa noite a todos os presentes. É com prazer que presto as explicações necessárias sobre este assunto. -----

Começo por dizer, que se trata de uma obra que a Freguesia de Raposa necessitava. Com a construção do aterro sanitário, pensou-se que a ETAR fosse canalizada para a ETAL do aterro sanitário. Mais tarde, chegou-se à conclusão que não seria justificável, uma vez que o aterro tem um tempo de duração, o que de alguma maneira podia comprometer a ETAR na Raposa. -----

Este é um das muitas hipóteses que foram equacionadas ao longo do tempo. Com isto os anos passaram, e a Raposa continuava até Outubro, sem tratamento de águas e ETAR. -----

O agradecimento à Câmara, é por esta sempre ter procurado uma solução sólida e definitiva para a Raposa. Hoje, dormir em noite de chuvadas na Raposa, já não é motivo de preocupação para a população, como acontecia em anos anteriores, em que as casas ficavam cheias de águas e dejectos. Situação que nos sentíamos impotentes para resolver. Felizmente esse cenário actualmente está afastado e os fregueses da Raposa podem dormir descansados. Dai o agradecimento à Câmara. ----

É verdade que podia ter escrito o voto em nome da Assembleia, mas, acontece que este é um voto que reflecte a vontade do executivo e dos fregueses da Raposa. Este voto, caso o aprovem, é o seu reconhecimento à Câmara de Almeirim. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» O senhor Presidente da Junta podia propor na mesma o voto, pois ninguém pretende retirar-lhe o direito de propor um voto, só que a redacção deve conter; “A Assembleia Municipal de Almeirim...” E termina; “proposto pelo executivo da Junta da Freguesia de Raposa e pelo Povo”. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Se os proponentes não vissem inconveniente, seria dada a redacção desejável. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA JUNTA DE RAPOSA »» Pela minha parte, este assunto está ultrapassado. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» A intervenção do Senhor Presidente da Assembleia, causou-nos alguma dúvida, uma vez que ao alterar-se o texto, ficamos sem saber o que vamos votar. -----

Percebi a intenção da Senhora deputada Manuela Cunha, e julgo que também entenderam a nossa dúvida. A nossa opinião, inclina-se para que a congratulação fosse pela inauguração. Se a alteração apontar para o que eu disse, votarei de uma forma, se a alteração for noutro sentido, a nossa votação será outra. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dada as dificuldades dos diferentes Grupos políticos, a Mesa vai submeter o voto de congratulação à votação, tal como inicialmente foi apresentado. -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA o voto de congratulação à Câmara Municipal de Almeirim, pela inauguração da Estação de Tratamento de Águas Residuais, na Freguesia de Raposa no passado mês de Outubro, com dezoito votos a favor, dezasseis do Grupo do PS e dois do Grupo do PPD/PSD. Cinco abstenções, duas do Grupo do MICA e três do Grupo da CDU. Um voto contra do Grupo do MICA. (Proposta apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Raposa). -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» O meu voto contra não é pela construção da ETAR NA Raposa, antes pelo contrário. Parece-me é que não pode a Câmara Municipal de Almeirim desresponsabilizar-se do seu serviço de águas e saneamento, que foi entregue a Águas do Ribatejo, e continuamente receber as congratulações das obras que entretanto vão sendo executadas pelas dita empresa. Estas obras não são da responsabilidade da autarquia nem tão pouco do executivo-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos passar para a primeira das Moções que a Mesa recebeu. Esta Moção provém do Grupo de Deputados do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Almeirim. E refere-se ao Livro Verde da Reforma da administração Local. -----

No entanto, por razões logísticas, vamos primeiro apreciar a Moção apresentada pelo Grupo da CDU. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Na nossa Moção existe um pequeno engano, que peço para ser corrigido. Nos dois últimos parágrafos da primeira página, onde se lê a CDU, deve-se ler a Assembleia Municipal. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Moção

Com a crise que afecta o país, cujas consequências no plano social são devastadoras para os trabalhadores e as populações, o Governo insiste na cruzada pela destruição do Serviço Nacional de Saúde a pretexto de que o país não tem recursos para sustentar um serviço público de saúde. -----

Com base neste argumento, o Governo degrada ainda mais as condições de vida dos portugueses com aumentos brutais das taxas moderadoras - algumas mais que duplicam, por exemplo nas consultas nos centros de saúde ou nas urgências hospitalares, e quase que triplicam como no caso das consultas nos SAP. Introduce novas taxas para os cuidados de enfermagem e até cobram taxas de consultas em que os utentes estão ausentes. Existem meios complementares de diagnóstico e terapêutica que não estavam sujeitos a taxa moderadora e que agora passarão a estar. -----

O Governo diz que é preciso reduzir o recurso às urgências hospitalares, mas não garante as respostas adequadas ao nível dos cuidados de saúde primários, encerrando extensões de saúde e reduzindo o horário de valências nos centros de saúde, restando como única alternativa as urgências hospitalares ou recorrer a consulta privada. -----

Não satisfeitos, mantém a limitação da atribuição do transporte de doentes não urgentes, impossibilitando milhares de utentes de aceder a consultas e tratamentos que necessitam e colocam a comparticipação dos medicamentos ao abrigo da condição de recursos (que retirou o abono de família a 600 mil crianças). Para além dos aumentos brutais nas taxas moderadoras, o Governo quer também impor um aumento brutal no custo dos medicamentos para milhões de utentes por via da sua não comparticipação? -----

No nosso concelho é com grande apreensão que constatamos o encerramento do AC ao fim de semana e feriados e o perigo de vir a encerrar as extensões de saúde de Raposa, Paço dos Negros e Marianos, agravando a situação já degradada dos quase dez mil utentes sem médicos de família. Há populações, maioritariamente idosas, a vinte quilómetros do serviço de saúde mais próximo e que assim ficam impossibilitadas de se deslocar. -----

No ACES Lezíria II existem ainda muitas indefinições sobre a situação dos dois médicos cubanos que prestam serviço no Centro de Saúde Alpiarça, e em Extensões de Saúde de Almeirim e Coruche, pois terminam o contrato no final do ano e não se sabe se são rendidos; as médicas e médicos costa-riquenhos que assinaram um



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

contrato com o Estado português em que receberiam catorze vencimentos/ano, poderão rescindir os respectivos contratos por o Governo ter decidido unilateralmente pagar-lhes somente doze vencimentos; alguns enfermeiros cessam os respectivos contratos no final do ano e não há garantias de os verem renovados e os contratos com as empresas de trabalhos temporários que guarnecem algumas unidades com pessoal médico e de enfermagem caducam no final do ano sem que se saiba se serão renovados o se será encontrada outra solução que permita manter os serviços a funcionar. -----

A Assembleia Municipal está frontalmente contra as opções políticas do Governo na área da saúde, Estas medidas visam a destruição do Serviço Nacional de Saúde, a sua progressiva privatização e o aumento do custo da saúde para as famílias. -----

A Assembleia Municipal exige a manutenção das extensões de saúde nas freguesias, isto é uma rede de serviços de saúde humanizada e de proximidade, dotada das valências que correspondam às características das populações que se pretendem servir. -----

De “tendencialmente gratuito” o acesso à saúde está tendencialmente mais caro. Agravando o custo de bens e serviços essenciais, cortando no rendimento, nos salários e pensões de trabalhadores e reformados, empurrando milhares de pessoas para o desemprego, encerrando serviços de saúde, aumentando o custo com os medicamentos, despedindo profissionais de saúde, aumentando as taxas moderadoras, a política em curso, para além de colocar em risco vidas humanas, está a condenar o povo português a um retrocesso sem precedentes.

A Assembleia Municipal de Almeirim, reunida a trinta de Dezembro de dois mil e onze, delibera, ao mesmo tempo que condena esta política de desastre e agressão ao povo português, saudar a luta das populações, dos utentes, dos profissionais dos serviços de saúde e apelar a que ergam a sua voz contra este rumo. -----

Almeirim, trinta de Dezembro de dois mil e onze. O Grupo Municipal da CDU -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Boa noite a todos os presentes. -----

Esta Moção não nos surpreende, pois é típica do Grupo da CDU, em que tenta fazer e criticar política Nacional por via de uma Moção apresentada numa Assembleia Municipal. A única coisa que o Grupo do PPD/PSD encontra na Moção, que tem a ver com o nosso Município, o qual nós subscrevemos, tem a ver com a manutenção das extensões de saúde nas freguesias. O PPD/PSD no passado, em relação às Escolas Primárias também se manifestou a favor que elas ficassem abertas nas freguesias, pela lógica, de que os cuidados de saúde e educação devem estar próximos das



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

populações. Quanto ao restante, vencimentos, aumentos, retirada de abonos de família e tudo o resto, é como assobiar para o lado, como se não tivesse vindo uma TROIKA, como se ninguém tivesse assinado acordos relativos a financiamentos externos. -----

LUÍS BÁRBARA (Grupo do PPD/PSD) »» Em relação ao que o Senhor Deputado do PSD disse, é legítimo, e qualquer Município ou Assembleia Municipal, se manifeste com uma Moção que englobe política nacional, se sentir que essa política vem entravar ou prejudicar os seus municípios. Isto é perfeitamente cabal. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Não posso em nome da CDU deixar de não reagir aos comentários do Deputado João Lopes do Grupo do PPD/PSD em relação à Moção da CDU. Obviamente que Almeirim não é nenhuma ilha e que em Almeirim se sente as políticas nacionais e decisões do Governo, nos salários, no encerramento e outras coisas. Não podíamos falar de Almeirim, como se por acaso o que acontece em Almeirim fosse pelo Governo não gostar da Cidade. -----

MARIA JOSÉ DIAS (Grupo do PS) »» As políticas nacionais, neste momento incomodam-me. Mas, mais incomodada estou pelo facto de ter terminado o atendimento complementar no Centro de Saúde aos Sábados e Domingos, chateia-me que não haja médicos de família, que existam utentes sem médico de família. Porque estou muito chateada, votarei a favor desta Moção. -----

DELIBERADO POR MAIORIA uma MOÇÃO relativa às condições nos Serviços de Saúde no Concelho de Almeirim e no País, com vinte de dois votos a favor, dezasseis do Grupo do PS, três do Grupo do MICA, e três do Grupo da CDU. Duas abstenções do Grupo do PPD/PSD (Proposta apresentada pelo Grupo da CDU). -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» O PSD, obviamente gostava que as condições de saúde no município fossem melhores. Nesse aspecto não podemos votar contra a Moção, no entanto ela tem muitos aspectos Nacionais que achamos que não são para aqui chamados. Atendendo também aos acordos internacionais, nomeadamente com a Troika, o PPD/PSD optou por este sentido de voto. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MANUEL LUÍS BÁRBARA (Grupo do PS) »» O meu voto a favor, e julgo da minha bancada, foi pelo facto do Partido Socialista e a TROIKA terem assinado um pacto, ele não diz que o serviço nacional de saúde vai ser reduzido a cinza. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Agora sim, vamos passar para a primeira das Moções que recebemos. Como disse, esta Moção provém do Grupo de Deputados do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Almeirim. E refere-se ao Livro Verde da Reforma da administração Local. -----

-----*Moção*-----

Considerando importante melhorar a gestão autárquica, modernizando-a e tornando-a mais transparente, eficiente e eficaz. -----

Mas considerando também que a principal missão dos órgãos autárquicos é a prestação de melhores serviços de proximidade às populações. -----

Rejeitamos os critérios de organização territorial propostos pelo Governo no “Livro Verde”, apesar de o município de Almeirim não ser alterado pelos critérios propostos, somos contra a extinção de órgãos autárquicos, excepto se decorrerem de vontade própria das populações. Admitimos no entanto porque se trata de realidades distintas (social, cultural, histórica e geograficamente) que possa haver um tratamento diferente para as freguesias em zonas urbanas e em zonas rurais. Nas zonas urbanas é possível e desejável encontrar soluções de racionalidade, eliminando duplicação de estruturas administrativas. Nas zonas rurais somos contra a redução/fusão de freguesias. As Juntas de Freguesia são em muitas localidades a única ligação da população ao Estado, a entidade que representa a proximidade entre eleitos e eleitores e que garante às franjas mais desprotegidas da sociedade necessidades sociais importantes. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» O Livro Verde apareceu na sequência de obrigatoriedade de extinção de municípios escrito no acordo da Troika, que parece que manda em todos nós hoje em dia. Nessa sequência, o PPD/PSD Nacional fez uma proposta que vai no sentido de não se extinguir Municípios, dado que os Municípios a extinguir seriam os que estão nas zonas mais desertas do País e mais do interior. Como não se pretende que isso aconteça, o PPD/PSD está a tentar, e fez esta proposta nesse sentido, que sejam eliminadas algumas freguesias e não municípios. É daí que surge esta proposta que é isso mesmo, uma proposta. Para haver alterações a esta Lei tem de haver dois terços na Assembleia. Se alguma coisa acontecer é necessário que o Partido Socialista também se junte e também faça a aprovação deste projecto. -----

Relativamente ao documento que está em discussão, tem uma outra situação, que não sei se é a posição do Partido Socialista a nível nacional. É que o Partido Socialista em Almeirim está a propor a extinção das Freguesias sede de Concelho. É o que está



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

aqui escrito na prática: “Nas zonas urbanas é possível e desejável encontrar soluções de racionalidade, eliminando duplicação de estruturas administrativas”. Está a considera a extinção da freguesia de Almeirim. Nós não somos a favor da extinção de nenhuma das freguesias do Concelho, nomeadamente da freguesia de Almeirim. -----

MANUELA CUNHA (Grupo do CDU) »» Começo por dizer que devem ter cuidado com o Português das Moções, para que não aconteça o que aqui foi dito. É verdade, está aqui escrito. -----

A CDU teve a oportunidade na última Assembleia Municipal de Almeirim, fazer uma intervenção longa sobre o que pensava do chamado Livro Verde. Já deixamos bem claro que não admitimos que nenhuma potência estrangeira venham em nome do que quer que seja, mandar no nosso país, nomeadamente numa coisa que é histórica que é a organização administrativa e territorial deste País. Se decidirmos mudar essa organização, deve ser por vontade popular e por necessidade. O País nunca manifestou a necessidade de acabar com uma Junta, antes pelo contrário, foram sempre o PPD/PSD e PS que fizeram proposta de criação de Juntas. Por outro lado não percebemos e discordamos do argumento que afirma que se vai poupar dinheiro com estas extinções. -----

Não contem connosco para mudarem esta Lei, será sempre contra a nossa vontade e com a nossa oposição. Queremos uma democracia mais participativa e mais colorida, com mais pluralidade, pois é ela que permite travar as corrupções, o mau trabalho, e de certa maneira fazer pressão sobre os eleitos e dar voz a todas as sensibilidades existentes na sociedade. -----

Por isso o nosso voto contra nesta Moção. -----

Trata-se de um corte geneticamente trabalhado, como se viu na proposta feita pelo PS e PSD em Lisboa, só desapareceram quase as Juntas da CDU. Foi feito de tal maneira que de todas as Juntas que a CDU tinha, só fica com uma. -----

Pela nossa parte, não contem connosco. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» A intervenção do Senhor Deputado João Lopes esvaziou a minha intervenção. -----

RUI PIRES (Grupo do PS) »» Boa noite Senhor Presidente, senhores deputados, Presidente do Executivo, senhores e senhoras Vereadores e estimado público. -----

Efectivamente é difícil falar sobre esta Moção, atendendo que é uma das coisas mais antigas do nosso País. A nossa estrutura administrativa remonta quase à época do Rei D. Sancho. Foram sempre as municipalidades que deram força e que defenderam este País. Se pessoalmente me perguntarem se concordo com a extinção de freguesias e



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

concelhos, respondo que não, com uma excepção, se a próprias populações assim o entenderem. Se a livre e aberta discussão que possa existir dentro das populações das freguesias, que se concluírem que a junção de duas freguesias, que são muito pequenas ficam melhor defendidas por força da sua unificação, neste caso, estou de acordo, porque é a vontade do povo. -----

Quanto à sua alteração, não me parece que esta tenha de merecer a concordância dos dois terços da Assembleia da República, uma vez que não é uma Lei eleitoral, por isso ter algumas reservas. -----

Muitas vezes, para ficarmos do lado negativo das coisas, vamo-nos agarrar a certas frases que escrita de forma inocente, e que estão na Moção, é que não me parece correcto, pois ninguém está a dizer que se deseja acabar com a freguesia de Almeirim. Pode-se fazer essa interpretação abusiva, mas, claramente não é essa a intenção. ----

PRESIDENTE DA JUNTA DE RAPOSA »» Sobre esta Moção posso dizer que é um assunto muito sensível aos Presidentes de Junta. Ando nesta vida de autarca há vinte anos. Pelo que me sinto bastante nesta discussão. Estou a pensar nas freguesias que estão a ser preparadas para serem extintas. -----

Pensaram em extinguir no Distrito de Santarém setenta freguesias. Por acaso nenhuma do nosso Concelho está incluída. -----

A preocupação do Governo é que os Presidentes de Junta são os que mais complicam a vida aos Presidentes de Câmara, Veja-se o caso da actuação do Presidente da Câmara de Santarém, com os Presidentes de Junta da CDU. A intenção deste Governo é tirar os Presidentes de Junta das Assembleias Municipais, para não incomodarem. Dou como exemplo o concelho de Barcelos, que tem oitenta e nove freguesias e a Assembleia Municipal tem setenta e dois deputados. Os presidentes de Junta têm mais força que os eleitos na Assembleia Municipal. -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA uma **MOÇÃO relativa ao “Livro Verde – Reforma da Administração Local**, com Dezasseis votos a favor do Grupo do PS, Seis votos contra, um do Grupo do MICA, dois do Grupo do PPD/PSD e três do Grupo da CDU. Duas abstenções do Grupo do MICA. (Proposta apresentada pelo Grupo do PS) -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» O PSD votou contra esta Moção porque ela exige a extinção da Freguesia de Almeirim, da forma como está redigida. -----

Também votámos contra, pois tal como esta Lei das Autarquias Locais precisa da maioria de dois terços para ser alterada. Assim sendo só com um acordo com o PS se



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

poderá alterar a Lei, como aliás tive oportunidade de esclarecer numa troca de opiniões com o senhor Secretário de Estado. -----

Relativamente aos critérios que são adoptados no Livro, que tem a ver com população e distância trata-se apenas de uma proposta. O PS vai ter de dar o seu aval para isto ou para outra coisa qualquer. Sem isso nada acontecerá. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» O nosso voto contra é pelos mesmos motivos do Grupo do PPD/PSD. -----

Sobre este assunto o MICA já fez no passado uma proposta, que foi considerada extemporânea. Verifica-se agora o quanto estavam enganados todos aqueles que entenderam o contrário. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MANUEL LUÍS BÁRBARA (Grupo do PS) »» A minha declaração de voto é minha. Não é uma declaração de voto do Grupo do PS. -----

Lamento que o PSD tenha aproveitado um lapso de língua que esta escrito, para dar um tom que de facto não deveria nem é o nosso querer enquanto partido e enquanto socialistas. No entanto, na minha maneira de votar também estou ciente que nenhum dos grandes partidos interessa que o poder local tenha força para se opor. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» A CDU votou contra não só porque está globalmente e quase em tudo contra o conteúdo do Livro Verde, mas também contra esta Moção, uma vez que propõe a extinção da freguesia de Almeirim, mas também porque admite o facto que não querendo ver reduzidas as freguesias no nosso Concelho considera que se podem reduzir no Concelho dos outros, o que para nós é uma ideia inaceitável. -----

MANUEL LUÍS BÁRBARA (Grupo do PS) » Gostaria de lembrar que nós somos favoráveis à extinção de algumas freguesias, desde que os seus habitantes votem favoravelmente a sua extinção. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou por encerrado o período antes da Ordem do Dia. Como sempre iniciamos a Ordem do Dia com a apreciação da Informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim. -----

-----ORDEM DO DIA-----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

----- (alínea E do número um do artigo quarto do Regimento) -----

PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SSESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO A BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Começo por perguntar se o Senhor Presidente da Câmara deseja fazer alguma intervenção? -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Penso que a informação escrita é suficientemente esclarecedora sobre a actividade da Câmara, pelo que não pretendo acrescentar mais nada. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Começaria por dizer que a tradição em Almeirim continua na mesma, contrariamente à expressão que afirma, “que a tradição já não é o que era”. E esta tradição começa logo na redacção da Informação aqui apresentada que aparece como Proposta. A Informação Escrita não é nenhuma proposta, é uma informação. -----

Depois diz a dita proposta assim; “que aprecie e delibere”. Vejam lá que agora também deliberamos sobre informações escritas. De facto a falta de rigor e de cuidado a que esta Câmara Municipal, gerida pelo Partido Socialista nos habituou, mantêm a tradição e como todos sabem, a informação escrita não é para deliberar. -----

Ainda sobre a informação escrita, a CDU gostaria de fazer outra observação. Como é tradição, a informação escrita não trás a devida informação a que temos direito, nomeadamente a informação relativa às empresas municipais e associações na qual a Câmara participa. Aproveito para lamentar, que uma vez que o PSD extinguiu o IGAL, que era onde nos queixávamos, e tínhamos algum resultado, agora já não temos onde o fazer. Por isso, fica aqui o meu queixume e fico à espera que o PSD no Governo diga quem é que herda as competências que antes eram do IGAL. -----

Ainda outra tradição que se mantêm, também não vem nenhuma informação sobre processos judiciais. No entanto, é interessante, porque vem uma frase que diz assim;



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

“A Câmara não tem novos processos judiciais”. Se não tem novos, depreende-se que tem velhos, mas tem! -----

Não sei se nesta informação não deveriam vir as acções movidas a membros do executivo a título individual, mas estou segura que deveriam vir as movidas contra o município, e aparentemente existem algumas. Continuamos a aguardar que essa informação nos chegue e que apareça uma nova entidade fiscalizadora para apresentar uma queixa, de modo a ficar a saber mais alguma coisa. -----

Para findar, sobre o teor da informação em si, gostaria de deixar aqui um conselho à Câmara Municipal de Almeirim. As ilhas ecológicas que refere a informação, são um benefício para o Concelho, nomeadamente para os espaços urbanos, para a requalificação Urbana e para a higiene urbana. Mas também sabemos que é uma infra-estrutura que tem alguns senãos, pois quando retiram os sacos das ilhas, o camião demora algum tempo a efectuar a operação, por isso é particularmente importante pensar a localização da ilha, pois enquanto a ilha está a ser despejada, está o camião a travar o trânsito. Dou como exemplo, a ilha junto ao Instituto Conde Sobral. Havia condições para instalar esta ilha de outra forma, de modo a que enquanto fosse despejada não obstruísse o trânsito. Na estrada do Parque Lourenço de Carvalho a mesma coisa. Isto acontece em quase todas as ilhas localizadas na freguesia de Almeirim e todas tinham mesmo ao lado condições para serem instaladas sem que a manobra do camião incomodasse o trânsito. Não há um técnico que avalie estas localizações e que traga o assunto ao Executivo? Que se pare um pouco para analisar e pensar? -----

Aconselhava a que as próximas ilhas fossem colocadas, atendendo aos factos mencionados. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente à informação escrita, e como não podia deixar de ser e já referido pela deputada Manuela Cunha. Estão omissos os processos judiciais, isto é, não se cumpre a Lei no que toca ao número quatro do artigo sessenta e oito da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei número cinco, traço a barra, dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

Depois, dizer que a Senhora Deputada Manuela Cunha deve ser uma pessoa cheia de sorte, pois sempre que eu mandei queixas, umas cinco ou seis vezes seguidas, para a IGAL, relativamente à falta dos processos judiciais na informação escrita, só na quinta vez é que responderam e fizeram-no enviando uma carta ao Senhor Presidente do



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Município a dizer para cumprir a Lei e ele veio aqui a esta Assembleia dizer que não o fazia. Portanto, ainda bem que teve sorte. -----

Quanto ao IGAL, este não foi extinto, será racionalizado e incorporado noutra organismo. -----

Mais uma vez não temos informação relativamente às contas das participadas, empresas ou associações dos quais o município esteja integrado, algo que nos devia ser dado de acordo com o número um do artigo cinquenta e três da Lei já referida. ----

O que era a grande bandeira do Partido Socialista, a construção da Prisão de Lisboa e Vale do Tejo, aparentemente acabou de vez. Aquele estabelecimento prisional que criava zero postos de trabalho e que dava apenas lenha a uma Junta de Freguesia em troca de uma propriedade agrícola muito importante para a Junta, aparentemente acabou. E aquele negócio “muito bom” para o Estado, que vendeu um imóvel no centro de Lisboa a uma empresa pública por uma verba de quase metade do que iria custar a construção de uma nova prisão, com a mesma capacidade de reclusos, e num terreno muito menos valioso, enquanto Português, digo também, ainda bem que acabou. -----

Relativamente às Águas do Ribatejo, há muitos meses tivemos uma apresentação e visita às obras do município, coloquei questões no sentido de saber qual era o plano de investimentos, dado que aquilo que estava previsto no projecto das Águas do Ribatejo ao nível de investimentos, necessitava da entrada de capital de um parceiro privado ou então os municípios teriam de pagar mais dinheiro ou a água teria de aumentar. No entanto as respostas nunca vieram. Como nunca chegaram, cada vez mais se confirma que vai acontecer no futuro um aumento nas tarifas de águas ainda mais brutal do que já foi no passado. Pois alguém vai ter de pagar as obras para todos estes municípios, sendo que Almeirim entrou com uma percentagem de capital muito superior ao que vai receber. Isto é, vamos andar a subsidiar outros municípios. -----

Relativamente às participadas, fomos verificar mais uma vez o estado das mesmas. Na ALDESC verificámos que esta continua viva, apesar de termos aprovado a sua extinção aqui há três anos atrás. Ela só entrou em liquidação este ano. O que aconteceu nesses anos, que movimentos financeiros houveram, não sabemos. Nunca nada nos foi apresentado. -----

Sobre as Águas do Ribatejo, desde da última Assembleia, informamos que esta empresa voltou a apresentar as suas contas, possivelmente tinham um engano na primeira vez que foram apresentadas. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Não vejo na Informação Escrita nenhuma informação relativamente a uma expropriação em Fazendas de Almeirim, que está relacionada com a execução do Parque de Estacionamentos e acessos do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, publicado no Diário da República cento e noventa e oito, do dia catorze de Outubro, na segunda série. Gostávamos de saber o que foi expropriado. -----

Para terminar, dizer que este orçamento vai acabar com a execução muito baixa ao nível dos investimentos, próximo dos sessenta por cento, ou seja o Executivo propôs-se a gastar cem por cento e faz quarenta por cento abaixo. Isto é recorrente. -----

A dívida a fornecedores anda perto de uma vírgula três milhões de euros. Continua num nível bastante elevado. Não compreendemos que a Câmara tenha muito dinheiro em caixa em vez de fazer o pagamento aos fornecedores. Já andamos a dizer isto há anos, até saiu um panfleto de medidas anticrise, propostas pelo Vereador Pedro Pisco dos Santos com um conjunto de medidas em que uma delas era que a Câmara prescindisse de prazos de pagamento aos fornecedores e pagasse o que deve. Ao invés, a Câmara tem paga cada vez mais tarde. No entanto tem em caixa dois vírgula dois milhões de euros. -----

Não compreendemos este tipo de gestão. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» Uma questão muito simples. Não era para fazer esta intervenção, mas não posso de deixar de não a fazer. Diz aqui o executivo, “Por acção da empresa Águas do Ribatejo, conclui-se também a estação elevatória e águas residuais em Paço do Negros.” São duas perguntas relativamente a este assunto que dirijo ao Senhor Presidente da Câmara, e solicito também que as mesmas sejam respondidas por escrito, para que na próxima Assembleia possa apresentar, preto no branco o teor da resposta. -----

Se estão concluídos os trabalhos? -----

Para quando inicio da ligação dos ramais? -----

Para quando a repavimentação da Rua Moinho de Vento e Rua do Paço em Paço dos Negros? -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Vou fazer algumas considerações a algumas intervenções que foram feitas. -----

Confesso que não percebi muito bem a intervenção da Senhora Deputada Manuela Cunha, porque a minha redacção da minha informação escrita é diferente da Senhora Deputada, sobretudo na parte da introdução. No entanto gostava de referir que nenhum dos intervenientes se referiu à informação escrita, isto é, aquilo que está contido na informação escrita como obras que o executivo fez e que beneficiaram o



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

nosso Concelho, um conjunto de arruamentos em Fazendas de Almeirim, que hoje consideramos praticamente concluído em termos de alcatroamento. Em Benfica do Ribatejo também alguns arruamentos que faltava fazer e ainda a substituição da cobertura do mercado, o estacionamento junto à Escola Preparatória e outras que estão na informação, mas que não mereceram referência nas intervenções que foram feitas. -----

Por fim, dizer que a nossa água pode parecer cara, no entanto, lanço um desafio, é que me indiquem alguma água no País que seja mais barata que a águas fornecida pela empresa Águas do Ribatejo. -----

Se existir, eu próprio farei pressão para que a mesma fique a esse valor. -----

Sobre a expropriação junto ao Centro Escolar de Fazendas. Estava pedida há bastante tempo, mas sé recentemente foi despachada, e portanto vai permitir alargar o Parque de Estacionamento que se encontra ao longo da vedação. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou por encerrado este ponto. Passamos ao ponto dois da ordem de trabalhos. Lembro que é necessário a sua aprovação por minuta nomeadamente os documentos relativos ao “Plano Plurianual de Investimentos para o ano de dois mil e doze, Quadro e Movimento de Pessoal e restantes instrumentos de gestão provisional para dois mil e doze, incluindo o Orçamento e Plano de Actividades. -----

PONTO DOIS - APRECIACÃO, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO PARA O ANO DE DOIS MIL E DOZE (INCLUINDO O QUADRO E MOVIMENTO DE PESSOAL), NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Gostaria de referir à Assembleia que a introdução ao Plano Plurianual de Investimentos, que está nas primeiras páginas do documento, são normalmente a minha apreciação à do próprio Plano. No que diz respeito a este que estamos a apreciar, há dois aspectos que merecem uma referência. Um, que depende do Orçamento Geral do Estado que sabemos que cria fortes problemas ao Concelho, quer na educação, saúde, crédito bancário, tudo isto contribui para o estrangulamento da actividade normal da Câmara, sobretudo às suas despesas gerais, subsídios a colectividades, e outras despesas que dependem exclusivamente do Orçamento da



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Câmara. Mas, também saliento a segunda parte da informação que é o que a Câmara por mérito seu, que tem uma taxa de execução bastante elevada, consegue vir a construir no futuro próximo, como seja, concluir o troço da circular urbana, que se encontra neste momento em construção, a casa da cultura da Fazendas, que já está em construção assim como a rotunda das Fazendas, a requalificação do Centro Cívico do Alqueve em Benfica do Ribatejo, a construção da Casa Mortuária da Raposa, que também já foi iniciada, a requalificação urbana de Paço dos Negros, a Casa Mortuária de Benfica e Cortiços, que também, é um desejo da freguesia, que não corresponde em nada às dificuldades que as Câmaras hoje em dia estão a viver, uma vez que estão estranguladas pelo Orçamento Geral do Estado, estas obras resultam antes do mérito que a Câmara conquistou junto da gestão dos fundo comunitários. Este facto não pode ser ignorado, pois no fundo é a essência da nossa actividade. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Como devem estar a reparar, por motivos técnicos a apresentação que pretendíamos fazer em PowerPoint não será na perfeição. -----

Relativamente a este documento que estamos a apreciar, este é o documento estratégico mais importante do município. Podemos ver nas receitas que existe a perspectiva de que ela seja de dezoito vírgula quatro milhões. Estes dezoito vírgula quatro milhões, são uma diminuição relativamente ao ano anterior dado que as transferências do Estado Central para os municípios vão ser inferiores à custa das medidas de contenção que todos conhecemos. Existe um aumento previsto no endividamento bancário em cerca de setenta e cinco por cento. A dívida do município já tem subido bastante nos últimos anos e portanto temos algum receio que efectivamente isto vá descambando cada vez mais. A rubrica de juros compensatórios, incompreensivelmente sobe de cinco mil euros para cento e trinta e cinco mil euros, mais de cento e trinta mil euros. Não sabemos muito bem a quem é que a Câmara pretende cobrar tantos juros? -----

Há uma quebra nas vendas de bens e serviços correntes, no caso das vendas. O município é dono de alguns imóveis dos quais cobra rendas e aqui está prevista uma diminuição em cerca de quarenta e nove por cento. Também não compreendemos esta diminuição. -----

Relativamente às receitas correntes, os impostos têm aqui uma situação muito curiosa, que é o aumento da Derrama em cerca de quarenta por cento. A Derrama é um imposto municipal, que é uma taxa cobrada em relação aos lucros das empresas e



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

que é fixado anualmente pelo município. Sobre a Derrama o PSD tem defendido há muitos anos que deveria ser zero. O município, apesar das empresas estarem em situação difícil, já prevê o fim da crise, e portanto diz que vai cobrar mais quarenta por cento que no ano anterior. Quer isto dizer que as empresas de Almeirim vão no próximo ano ter um aumento dos seus lucros em quarenta por cento. -----

Relativamente às despesas de capital, é aqui que tipicamente o município não consegue fazer aquilo que propõe. As receitas de capital têm a ver com os investimentos. Tipicamente falham na casa dos dois milhões de euros, logo temos aquele nível de incumprimento dos objectivos muito alto. -----

Relativamente à componente das despesas, temos a nível de destaque um aumento surpreendente nos acidentes em serviço e doenças profissionais de quatrocentos e setenta e um por cento, noventa e um por cento a mais do que as contas de dois mil e dez. É um bocado estranho como é que um seguro consegue aumentar a este nível. Uma outra coisa que para nós não é novidade é que este município não aposta nos quadros que tem, não aposta nos seus recursos humanos, nós andamos há anos a dizer isto. Como é possível que as verbas que estão consignadas para formação sejam de apenas de dois mil euros? São quase trezentos funcionários e dois mil euros é claramente pouco. Em dois mil e dez o valor de formação na rubrica de custos com pessoal foi zero. -----

A Câmara gasta verbas exorbitantes em estudos, pareceres, projectos e consultadoria, isto é trezentos e sessenta e um mil euros e Outros trabalhos especializados, cento e trinta e um mil euros. Isto são verbas que estão relacionados com estudos e pareceres feitos fora, quando a Câmara podia e devia ter esses recursos dentro. E se calhar muitas vezes até os tem, mas para isso, precisa é de dar mais formação e de acreditar mais nos funcionários que têm e assim poupava muito dinheiro. -----

Quanto à aquisição de bens e serviços, há um aumento de cento e trinta e um por cento relativamente ao orçamento anterior e um aumento de duzentos e nove mil euros. -----

As rubricas residuais, como Outros Serviços, tem um saldo de oitocentos e trinta e quatro mil euros. Existem quarenta linhas em cima onde esta verba podia ser classificada. Para nós não faz qualquer sentido que uma verba desta dimensão seja considerada “outros”. -----

Relativamente às transferências correntes, nós temos defendido ao longo dos anos que devia haver um regulamento para a atribuição de subsídios. Estamos a falar de uma verba prevista em dois mil e doze de trezentos e trinta e sete mil euros. As



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

instituições sem fins lucrativos recebem esta verba, que ainda é significativa para o orçamento da Câmara de Almeirim, sem que haja qualquer espécie de critérios. O que defendemos é que os critérios devem ser universais, justos e conhecidos por todos. --- Relativamente aos investimentos, o que é mais importante para o município, que é criar riqueza, temos de tecer algumas considerações, isto porque o município no seu plano plurianual de investimentos tem uma serie de investimentos que nós priorizamos por verba. Nessa serie de investimentos, aquele que acarreta maior verba a maior verba total é a construção do silo automóvel em Almeirim. Ora, quer o município de Almeirim chegar num local onde está um estacionamento relativamente recente, junto da Rua Bernardo Gonçalves, chegar lá, partir o que lá está feito e fazer um silo auto. Um silo automóvel implica ter obviamente qualquer espécie de segurança. Estamos a falar de um nível de equipamento em que tem de existir segurança, essa exige custos para a população que terá que pagar o tempo de utilização do parque, não o faz neste momento no estacionamento que lá está. Acho que a população de Almeirim não necessita assim tanto de um Silo Automóvel, muito menos necessita que se vá dar cabo de uma obra que já está feita e muito menos necessita que lhe peçam, se calhar, cinco euros para estacionar ali o carro. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Gostaria de chamar à atenção do Senhor Deputado para o facto de já ter ultrapassado tempo que dispõe para intervir neste assunto, pelo que lhe peço que termine. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente à circular urbana de Almeirim, nós somos favoráveis à construção da circular urbana, mas com duas faixas, em cada sentido. -----

Uma circular urbana para resultar, deve ser feita do princípio ao fim. Não é trezentos metros de cada vez, pois assim não se resolve o problema do trânsito. -----

Relativamente à Casa da Cultura em Fazendas de Almeirim, somos defensores de uma Biblioteca à semelhança da que existe na cidade de Almeirim, nas Fazendas de Almeirim, com aquele espaço, com livros técnicos, de ficção para públicos de todas as idades, publicações periódicas, salas de estudo, acesso wireless à internet e um anfiteatro multiusos. Isto o que achamos que as Fazendas devem ter. E devem-no ter junto às Escolas. A verba que está aqui consignada claramente não vai permitir fazer aquilo que nós desejávamos. -----

Não há investimento de monta para a requalificação das escolas existentes. Os miúdos que estão nas escolas novas são os sortudos, os outros são de segunda. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

A Escola Profissional é algo que temos vindo a defender e que já estava a Carta Educativa, não há qualquer verba consignada para a mesma. Seria um investimento importante para o Concelho, para a qualificação dos recursos humanos. -----

Relativamente aos celeiros, o PSD pediu na última Assembleia que relativamente ao Silo Automóvel, não se fizesse o mesmo. Na nossa opinião devia-se era comprar os celeiros, sendo o valor de venda base sem negociação de setecentos e cinquenta mil euros, e deveria fazer-se estacionamento e instalações desportivas. -----

Está consignada uma verba de quase um milhão de euros para requalificação do Mercado Municipal. Gastar um milhão de euros na requalificação do Mercado Municipal sem que ninguém saiba para quê, mais vale estar quieto. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Senhor deputado peço-lhe que conclua se faz favor. Obrigado. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Vou terminar Senhor Presidente. -----

No Cineteatro gastou-se dois virgula cinco milhões de euros. É uma verba claramente exagerada para aquilo que é o aproveitamento do espaço. O espaço foi mal desenhado, devia ter mais vida que aquela que tem. No caso do Mercado Municipal, até se pode com apoio de privados, fazer uma revitalização do espaço, mantendo-se as pessoas que fazem lá as suas vendas. Por exemplo, como acontece em muitos sítios nestes pais fora em que os mercados foram revitalizados com a introdução de supermercados no seu interior, ultimamente tem havido muitos com a cadeia LIDL e que permitiria alguma revitalização do espaço e sua manutenção. -----

Para terminar não podemos deixar de referir um comentário que o Senhor Presidente do município inscreveu neste orçamento dizendo que “A Câmara têm uma participação activa e com algum dispêndio no centro social do centro paroquial e na recuperação do edifício do Hospital em parceria com a Santa Casa da Misericórdia. Qual é o pequeno problema? Aquilo que são as grandes obras, aparentemente eleitas pelo Senhor Presidente da Câmara para serem destacadas, não tem nenhuma verba inscrita. -----

Não podemos deixar de referir o lançamento de uma primeira pedra para o Centro Social do Centro Paroquial e que agora vem na comunicação social que não pode ser feita no local a sua construção. Não pode ser feita a construção em altura, pelo que o terreno vai ser trocado por outro. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Senhor Deputado, já está a dizer que termina há muito tempo. Se faz favor conclua a sua intervenção. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente aquele espaço, na nossa perspectiva o que ali faz falta são instalações e equipamentos desportivos. É junto às escolas e das pessoas que ali habitam e que não tem qualquer tipo de infra-estrutura de recreio. Isto é o que o PSD propõe para aquele espaço. -----

Para terminar, dizer que o endividamento mantém-se constante e não podemos deixar de ressaltar que no ano que vem, vão ser propostos pagar setecentos e sessenta e quatro mil euros de responsabilidades por causa de financiamentos bancários. Isto dá que pensar relativamente à escalada que o endividamento tem tido, que é cerca de oito milhões de euros no município de Almeirim. Em cada três anos o município de Almeirim paga um valor de encargos com dívida e juros que dava para fazer um Centro Escolar novo ou uma Casa da Cultura, todos os anos. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Gostaria de fazer algumas referências. O Senhor Deputado falou na aquisição dos celeiros e eventualmente fazer alguma coisa naquele espaço. Sou da opinião dele, é a única parte da intervenção dele que partilho da mesma opinião, até porque se nós compramos os celeiros, a Câmara não faz mais nada nos próximos dez anos, porque não tem dinheiro para fazer outras coisa, e portanto é uma vida fácil para o Presidente da Câmara. O valor dos celeiros é qualquer coisa que não permitiria à Câmara fazer outra coisa senão fechar a porta. Gostava de lhe falar das dívidas e da Derrama, que o Senhor Deputado referiu, que são calculados pela média das receitas dos últimos três anos, portanto não quer dizer de maneira alguma que correspondam às receitas do próximo ano, é uma fórmula de cálculo para elaboração do Orçamento que estamos a apreciar agora. -----

Uma pequena referência ao Centro Social e ao Centro Paroquial, para dizer que a nossa colaboração não pode ser ao nível de estarmos a participar construções destas entidades, que são privadas e que apenas podemos facilitar candidaturas aos fundos comunitários na medida em que o município pode beneficiar de algumas regalias que essas entidades cuidarão na medida que querem construir as suas instalações, mas, o que acontece é que não temos possibilidade de orçamento para afectar verbas próprias para financiar equipamentos das instituições de solidariedade social. O facto de termos uma verba significativa inscrita em projectos, quero dizer que temos, para beneficiar de fundos comunitários ter projectos concluídos e portanto fazer esses projectos custa dinheiros para o orçamento da Câmara. Temos de ter incluído no orçamento da Câmara verbas necessárias para se fazer projectos que venha a ser beneficiados depois por fundos comunitários, daí o facto de termos uma verba significativa inscrita no orçamento. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Estas são as minhas considerações de ordem geral. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» Vou ser muito breve. Depois das explicações do Senhor Deputado João Lopes, embora lamente que não tivéssemos à nossa disposição os meios audiovisuais ao nosso, parece que já é habitual cada vez que se pretende fazer qualquer apresentação nesta Assembleia. Não sabemos se é defeito se é feito, mas é uma realidade. -----

Se o Senhor Presidente não se importar, eu vou ler apenas os tópicos dos conteúdos, uma vez que grande parte já foi aqui referido. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Antes do Senhor Deputado Aquilino prosseguir com a sua intervenção, gostaria de lhe dar uma explicação, uma vez que insinua alguma coisa que pode estar a colocar em “cheque” a Mesa da Assembleia. Sugere que pode haver alguma mão para o não funcionamento dos meios audiovisuais. Quero lembrar-lhe que o Senhor Deputado não tem autoridade nem o direito de fazer essas insinuações. Se se lembra, na última Assembleia o PSD fez uma intervenção com meios audiovisuais que decorreu normalmente do princípio ao fim. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» Senhor Presidente apenas constatei um facto frequente. Se há algum defeito com os meios audiovisuais devem ser corrigidos de uma vez por todas, para não sermos surpreendidos com estes inconvenientes. ----- Voltando ao meio raciocínio, se o senhor Presidente não se importar vou lembrar alguns tópicos, pois grande parte já foi feito pela excelente apresentação do Senhor Deputado do PSD, João Lopes. -----

A minha intervenção e sentido de voto resume-se ao facto de não ter sido dado cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição, também não nos foi entregue o Mapa do Endividamento Municipal, também ainda não nos foi disponibilizado informação útil sobre a situação económica e financeira das inúmeras empresas em que a Câmara participa, não nos foi entregue a informação sobre a respectiva situação económica e financeira, não nos foi presente o mapa de empréstimos obtidos, até esta data, não nos foi presente um Orçamento Previsional de Tesouraria para podermos aferir não só da capacidade para solver os compromissos já assumidos e a assumir o modo como vão ser financiados. Por tudo isto que está explanado, o nosso voto é contra e de vencido. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Começaria por dizer que a democracia não se constrói no abstracto nem com palavras. A democracia assenta em actos, em vivências e em políticas que estão normalmente sustentadas por Leis que dão corpo a essa democracia. Essas Leis existem no País e na Autarquia para serem cumpridas e



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

para garantir a boa saúde dessa democracia, nomeadamente para garantir, de facto, o direito de oposição, e a pluralidade política destes órgãos municipais. Mas, mais uma vez cumprindo com a tradição, no mínimo desde que eu sou eleita nesta Autarquia, ou como Vereadora, ou como membro desta Assembleia, a Lei foi violada, o membro do MICA que me antecedeu, já falou sobre a matéria, que eu não vou repetir, para não se perder muito tempo, dado que a ordem de trabalho é longa, mas o facto é que houve um conjunto de violações, e neste novo mandato houve um retrocesso em relação ao passado. Deixou de se exercer o Direito de Oposição, nomeadamente através do aviso prévio do PPI aos partidos com assento parlamentar e no Executivo, para que houvesse mais tempo de discussão e para que estas forças pudessem fazer sugestões. Mais uma vez isso não foi cumprido. E se a CDU tivesse sido ouvida e tivesse recebido os documentos como deveria ter recebido por Lei no devido momento, se calhar teria sugerido uma coisa, que já foi aqui falada. Por exemplo que retirassem o investimento do Silo. Não se compreende que num período de crise com tantas necessidades de investimento em áreas que promovam a economia local e que ajudem a desenvolver o Concelho, e nas áreas sociais, para ajudar os cidadãos deste Concelho a dar a volta ao problemas, a Autarquia preveja o maior investimento neste PPI, seja um Silo Automóvel, tanto pela localização como pela verba envolvida, tal como a CDU assumiu aqui vem consubstanciar uma grande agressão urbanística naquela zona. E tudo isto num momento em que as pessoas estão a deixar mais o carro em casa e a andarem mais a pé, a Câmara tem o seu maior investimento para dois mil e doze no seu PPI a construção do Silo Automóvel. -----

A CDU é contra o limite o endividamento, mas achamos que as Autarquias não se devem endividar à toa e quando recorrem aos endividamentos deve ser para obras mesmo necessárias. -----

Queremos ainda salientar que Mais uma vez o endividamento aumenta, numa percentagem bastante elevada que já foi anteriormente referida. -----

Este PPI caracteriza-se ainda por uma inflação do orçamento, sobretudo das receitas. Por exemplo, na venda de terrenos. Gostaria que o Senhor Presidente que por acaso está a conversar, mas que de certeza também está a ouvir. Gostaria de saber quais são os ditos terrenos que a Câmara vai vender? Terrenos e Edifícios? Porque aparece aqui um conjunto de verbas, quanto a mim, inflacionadas das receitas correntes da venda de terrenos e edifícios. Isto aparece sempre todos os anos. Quais são estes imóveis? Esta é uma pergunta que me pode responder já ou por escrito. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Sobre outras questões, nós achamos que a haver endividamento e investimento tem de ser em obras que dêem dinâmica económica ao Concelho, nomeadamente uma que foi aqui falada, só que depois o Deputado João Lopes estragou tudo quando falou em supermercados. Começou bem, mas estragou tudo, que é a modernização do Mercado de Almeirim. Esta modernização tem sido defendida ao longo dos anos pela CDU, com várias propostas em reuniões de Câmara e desta Assembleia. Poderia ser fundamental num momento onde a pequena economia precisa de ser reactivada, nomeadamente para apoiar os pequenos produtores da nossa terra e de agricultura biológica e outros. O que não se deve fazer é colocar lá mais um supermercado. ----- Nós consideramos que mais uma vez este PPI, não é para levar a sério. Porque tal como nos outros anos nos é apresentado um rol de folhas que são quase um “copy paste” do ano anterior e que depois não são executadas. Em período de crise, as prioridades nas quais este Plano de Investimento prevê investir não seriam por certo as nossas. Para acabar, não queria deixar de chamar a atenção para uma coisa que ainda não foi aqui dita. As paixões do PS. O PS é um partido de paixões. O problema é que as paixões passam depressa. Houve o tempo da paixão pelo Cineteatro de Almeirim, era a casa do povo, algo que iria revolucionar Almeirim, infelizmente tendo a CDU sempre subscrito o investimento, no sentido de melhorar e recuperar as instalações, quando o defendíamos era para lhe dar vida. Para que fosse um pólo cultural, mas assim não acontece. -----

Agora descobriram outra paixão, o museu de Almeirim, ou para quem não conhece o Centro de Transportes! Agora aparece-nos todo um relambório sobre o Museu. Nós estamos cá para ver, não há nada como o tempo. Temos de dar tempo ao tempo para ver as coisas, para ver se o Museu se vai concretizar. Mas esperamos que caso se concretize, seja fora do Centro Coordenador de Transportes, que faz falta para o fim para que foi construído recorrendo a verbas comunitárias, e que por isso mesmo tem uma função e que não podem ser desviadas para outros fins. Hoje em Almeirim, não há condições para esperar um autocarro, não há um local para comprar um bilhete, temos de ir à loja de uma Senhora que é engomadeira! Almeirim merece ter um Centro Coordenador de Transportes. Quem usa os transportes públicos tem o direito de ter um sítio digno e confortável para esperar. O Museu tem de ser instalado noutra local. -

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Não vou dizer muito mais sobre o documento que apreciamos, a não ser fazer uma referência a esta última intervenção da Senhora Deputada Manuela Cunha quando diz que a nossa paixão é por obras ligadas à Cultura, como o cinema, como o museu e outros actos culturais que a senhora



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Deputada não tem frequentado muito. Portanto, se temos paixão pela cultura não é assim tão mau. -----

JORGE VEIGA DIAS (Grupo do PS) »» Boa noite a todos os presentes. -----

Estamos a apreciar o Plano Plurianual de Investimentos – PPI, para dois mil e doze, não esquecendo a conjuntura mais difícil que estamos a viver dos últimos anos, no entanto esta conjuntura leva-nos a apreciar um Plano que se apresenta ao órgãos autárquicos em duas circunstâncias distintas que passamos a referir; a dependência das Autarquias dos meios postos à disposição do Orçamento Geral do Estado e da Administração Central, quanto a estes são fracamente desanimadores dada a contracção imposta pelo Orçamento Geral do Estado que nas transferências feitas pelo Governo para apoio à educação, à Saúde em particular no acesso ao crédito bancário, particularmente recessivo no momento que vivemos e no próximo ano. -----

A segunda circunstância que nos anima bem mais no nosso desempenho, é o acesso aos Fundos Comunitários que por parte da nossa Câmara terá sido particularmente eficaz ao ponto de o nosso município beneficiar da aplicação da reserva de eficiência que nos permite avançar e concluir algumas obras importantes e estruturantes para o nosso Concelho. -----

Referimos apenas algumas; A construção do troço da Circular Urbana que liga a Estrada do Vale de Barrocas à Quinta da Conceição, obras aliás já em curso; a construção da Casa da Cultura de Fazendas de Almeirim, cujo início já teve lugar; a construção da rotunda das fazendas de Almeirim, já em curso; a requalificação do Centro Cívico no Alqueve em Benfica do Ribatejo, cujo projecto está em fase de conclusão; A construção da Casa Mortuária de Raposa, também já em curso; a requalificação urbana dos principais arruamentos de Paço dos Negros, estudo em definitivo da hipótese mais viável para a construção da Casa Mortuária de Benfica e Cortiços com a elaboração do projecto. -----

Referimos os principais investimentos da responsabilidade do município no entanto outros há com menos responsabilidade por parte da Câmara mas ainda assim com participação activa e algum dispêndio, estamos a referir a; Centro Social com iniciativa do Centro Paroquial; Edifício para a instalação da Base Permanente da Força Especial dos Bombeiros do Distrito de Santarém da responsabilidade de fundos comunitários à Administração Central, recuperação do Edifício do Hospital em parceria com a Santa Casa da Misericórdia. -----

Entretanto, a empresa Águas do Ribatejo continuará a sua acção de construção e melhoria de funcionamento das nossas infra-estruturas básicas. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Considerando embora todas as dificuldades, as perspectivas apontadas no Plano e Orçamento são motivadores sobretudo pelo acesso conquistado a Fundos Comunitários que nos serão muito úteis. -----

Dizer também que é manifesto os custos do município de acordo com este Orçamento são mais reduzidos porque também nos são impostos pelo próprio Governo. Que as receitas próprias são menores e que naturalmente o município terá de viver com elas. Dizer por fim que é com esta conjuntura económica muito difícil que iremos certamente constatar no próximo ano que o trabalho a que a maioria PS se propôs, foi realizado como já tem acontecido ao longo dos últimos anos. -----

Um apontamento final à intervenção do Deputado João Lopes, relativamente ao regulamento de atribuição de subsídios. Para sermos rigorosos e não estarmos a tentar vender para fora aquilo que nunca foi e nem nunca existiu, penso ser importante, e já que falamos nas coisa, e queremos ser rigorosos. A colectividade especifica que o Deputado João Lopes deu a entender creio que terá sido o Hóquei Clube Os Tigres. -----

O Hóquei Clube Os Tigres, o ano passado, e é publico tinha um subsidio de três mil euros mensal Este ano, excepcionalmente dada a sua participação na primeira divisão, foi atribuído e é publico um subsidio extraordinário de dois mil euros. Pergunto, onde é que isto ultrapassa o dobro? Quando queremos ser sérios exactos e rigorosos, devemos dizer as coisas como são. -----

MANUEL LUÍS BÁRBARA (Grupo do PS) »» A minha apreciação deste PPI, é todo um olhar sobre a nossa oposição. A nossa oposição lamenta a falta de investimento, e quando há investimento, lamenta, porque há divida. No entanto quando toda a oposição se congratula com o cancelamento do Estabelecimento Prisional de Lisboa e Vale do Tejo, que seria o maior empreendimento e investimento no Concelho. Mas, só aqui é que se ouve este tipo de congratulações. As populações de Fazendas nas últimas eleições autárquicas continuaram a dar o seu apoio ao Partido Socialista, ao contrário do que fizeram a outras forças politicas. Para bom entendedor meia palavra basta. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» As intervenções que ouvi da bancada do PS em nada contrariam da minha pequena intervenção sobre este ponto. -----
Em relação ao Estabelecimento Prisional, felizmente mesmo com a maioria os senhores não a conseguiram construir. Gostaria que ficasse bem ciente a minha intervenção em relação a este ponto. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Não conseguiram construir a Prisão. Infelizmente, algumas pessoas só nos dariam razão depois de construído. Mesmo assim defendemos a nossa posição porque é a que defende o interesse das pessoas e as localidades. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PSD) »» Pedi a palavra para responder a algumas situações que foram aqui colocadas. -----

Em primeiro, tenho para entregar na Mesa, um protesto por falta do direito da consulta prévia, pois segundo a Lei do Estatuto do Direito de Oposição, quem não tem membros eleitos no executivo, como é o caso do PPD/PSD tem direito a ser ouvido previamente. -----

Em relação a intervenção do Presidente do município, dizer que a Derrama prevista para o Orçamento de dois mil e doze é de trezentos e trinta e cinco mil euros. A média dos últimos três anos, que supostamente é a base, nunca foi acima dos duzentos e oitenta e quatro, por isso não sabemos de onde é que veio esta média. -----

Quero ainda referir ao Senhor Presidente da Câmara que ser do Executivo é ser gestor, é ser gestor de dinheiro público. Aquilo que o PSD fez aqui foi dizer que nós geríamos o dinheiro público de outra maneira. -----

Sobre o Mercado Municipal, seria um supermercado que não vendesse frescos, nem frutas, nem legumes, nem peixe, nem carnes, seria um complemento ao actual mercado à semelhança do que já existe em Lisboa. -----

Sobre o Hóquei Clube os Tigres, o senhor Deputado Veiga Dias fez aqui uma intervenção, não sei muito bem em que condição. Saiu num jornal local que havia uma redução de verba. A questão é que existe para além dos subsídios ordinários, subsídios extraordinários para um conjunto de entidades. Ninguém falou aqui no Hóquei senão uma pessoa que tanto quanto sei é sua dirigente.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos passar à votação do ponto dois da ordem de trabalhos. -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA os documentos relativos ao “Plano Plurianual de Investimentos para o ano de dois mil e doze, Quadro e Movimento de Pessoal e restantes instrumentos de gestão provisional para dois mil e doze, incluindo o Orçamento e Plano de Actividades”. Com dezasseis votos a favor do grupo do PS. Oito votos contra, três do grupo do MICA, dois do Grupo do PPD/PSD e três do grupo da CDU. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

(Artigo trigésimo sétimo, do Regimento)

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» O Grupo do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Almeirim considera que os instrumentos provisionais devem proporcionar aos munícipes informação sobre os objectivos estratégicos, medidas e acções que a Câmara Municipal de Almeirim pretende implementar durante o ano de dois mil e doze, e que deverão ir ao encontro dos compromissos políticos assumidos perante população.

A meio deste mandato, verifica-se que o Partido Socialista de Almeirim pouco ou nada contribui para um desenvolvimento estrutural e social do concelho de Almeirim, na medida em que as propostas do executivo quase apenas se reconduzem à gestão corrente. Algumas delas transitam do mandato anterior, sem que a maioria socialista consiga concretizar as medidas. Veja-se, por exemplo, o Plano de Pormenor para a freguesia das Fazendas de Almeirim e a conservação da Vala de Alpiarça, cuja poluição se mantém, não tendo a Câmara não tem tido a capacidade de combater eficazmente a poluição, em prol da defesa do meio ambiente e saúde pública.

Sobre a Educação. Na Carta Educativa, através da análise prospectiva no cenário alternativo/expansionista, prevê-se que haja um forte crescimento no ensino pré-escolar e no 1º e 2º ciclos, crescimento ténue no 3º ciclo e uma redução significativa no ensino secundário. Este é o cenário prognóstico mais real, pelo que a decisão proposta na Carta Educativa é sensata.

Contudo, a redução prevista no ensino secundário na Carta Educativa, dentro do actual aumento da idade da escolaridade obrigatória, deixará de fazer sentido. A possibilidade de abandono escolar poderá, neste contexto, aumentar significativamente, pelo que urge por em prática a necessidade de investir no ensino profissional. A Carta Educativa já enfatiza duas possibilidades neste tipo de ensino: a requalificação da Escola Secundária (custo estimado de quinhentos mil euros) ou uma escola nova somente com esse objectivo (custo estimado de quatro milhões de euros). Pese embora a primeira opção seja mais exequível num curto prazo, a oferta de cursos poderia ficar comprometida, dentro daqueles apontados como estratégicos pela Carta Educativa. Assim, a nossa opção estratégica de investimento passaria pela opção de construir uma escola profissional de raiz, com a oferta abrangente enunciada pela Carta Educativa (Novas Tecnologias de Informação; Ambiente; Agricultura; e Indústria Agro-Alimentar). Por motivos de racionalidade económica, este projecto seria transconcelhio, chamando aqui a desempenhar aqui um papel fulcral a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo e a Nersant, numa lógica de obtenção de economia



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

de escala e na parceria com o tecido empresarial de modo a escoar esses futuros profissionais. -----

Relativamente ao investimento nos estabelecimentos do Pré-Escolar e 1º Ciclos, tendo em consideração as directrizes da Carta Educativa na estimativa de investimentos dos projectos complementares (requalificação do parque escolar, climatização e apetrechamento), verificamos que as verbas previstas neste Orçamento são ridículas e ficam muito aquém dos previstos um vírgula oitenta e cinco milhões de euros. Porque razão no orçamento proposto não está reflectida essa necessidade, devidamente justificada, para as escolas existentes? -----

Será que no Concelho de Almeirim existem alunos de 1ª e alunos de 2ª? -----

No Desporto. Quando é que teremos a Carta Desportiva do Concelho? -----

Como documento norteador, o executivo para a tomada de decisão política não necessitará de informações relativas à procura e oferta de prática/equipamentos desportivos e de lazer?; a realidade e dinâmica associativa? o recenseamento de necessidades?; a taxa de participação desportiva dos nossos cidadãos?; a definição de tendências de prática?; o levantamento da quantidade e qualidade dos equipamentos existentes?; a acessibilidade aos locais de prática?; a análise de assimetrias no contexto territorial do Concelho? -----

Mais se torna sensível e insensato, a continuidade de previsão de construção de equipamentos desportivos e de lazer (Campos de Padell, no orçamento anterior) e previsão de construção de um minicampos desportivo e criação de uma zona de aparelhos de manutenção junto à Urbanização Taipas dois, sem ter em consideração os fundamentos técnicos fundamentais acima enunciados. -----

Quando é que o Pelouro do Desporto elabora o Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo? -----

Não querendo por em causa a meritória função que as Associações Desportivas prestam à nossa população em geral e aos nossos jovens, em particular, e tendo em consideração a transparência, a equidade e justiça de um investimento que o erário público disponibiliza num momento tão sensível da nossa sociedade, para quando a efectivação desse desígnio, mesmo após a Assembleia Municipal ter aprovado essa recomendação por maioria à “distância” de um ano? -----

Perante a complexidade de organização e tomada de decisão pela abrangência da prática desportiva e de lazer, a Divisão de Desporto possui um Plano de Gestão e de Marketing com vista à eficiência e eficácia de procedimentos? -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Se a abrangência de intervenção (desporto/actividade física em todas as vertentes, gestão de equipamentos desportivos, apoio ao Associativismo Desportivo, apoio a iniciativas desportivas, etc., se compadece com a verba do Orçamento previsto para o Pelouro do Desporto (investimento municipal sem a participação dos Fundos Comunitários) face ao Orçamento previsto para o Município? -----

Qual o montante de subsídio indirecto prestado às Associações Desportivas (utilização gratuita de equipamentos desportivos, transportes, apoio a iniciativas pontuais e regulares, apoio para inscrição de atletas, etc.? -----

FUNÇÕES SOCIAIS – SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL -----

A problemática social presente, quer pela mais crescente e evidente sinais de pobreza de precariedade familiar e social, quer pela quantidade de famílias assoladas pelo problema crescente de desemprego, é claramente insuficiente. Qual a lógica subjacente a gastar trinta mil euros para apoiar as IPSS e que são quem tem condições para combater mais junto das populações as situação de pobreza e abandono social mas gastar trinta e quatro mil euros com as Festas do Idoso nas Freguesias e Festa de Natal? O conceito de apoio social do executivo é fazer festas em vez de dar de comer todos os dias aos mais necessitados? -----

Da análise dos números, concluímos que a diminuição relativamente ao orçamento de dois mil e onze se faz, na parte da receita, essencialmente, à custa das transferências correntes e de capital da Administração Central em três por cento e doze por cento (cento e quarenta e cinco e oitocentos e dezasseis mil euros), respectivamente. O PSD de Almeirim vê com alguma preocupação o aumento no endividamento previsto em setenta e cinco por cento tendo em conta a escalada da dívida do Município nos últimos anos. -----

A dívida actualmente existente acarreta aos cofres dos Municípes cerca de setecentos e sessenta e quatro mil euros anuais de responsabilidade a pagar em dois mil e doze e muito vai durar durante vinte anos, sendo a média catorze anos. Tal significa que em cada três anos o Município paga um valor que daria para um Centro Escolar novo, requalificar a Praça Lourenço de Carvalho ou fazer uma Casa da Cultura todos os anos e o Largo General Guerra em cada seis meses. -----

- Que justificação é dada para o aumento da receita da derrama em cerca de quarenta por cento? Está o Executivo a anunciar o fim da crise? -----

E para a rubrica 04.02.02-Taxas, multas e outras penalidades - Juros compensatórios em cento e trinta mil euros para cento e trinta e cinco mil euros? -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Como se justifica uma diminuição das receitas 07.03-Venda de bens e serviços correntes - Rendas (receitas provenientes do arrendamento de casas ou outros edifícios para fins habitacionais ou outros) em quarenta e nove por cento? -----

Na componente da despesa, verificamos um significativo e surpreendente aumento nas Despesas com Pessoal - Acidentes em serviço e doenças profissionais de quatrocentos e setenta e um por cento relativamente ao orçamento de dois mil e onze e noventa e um por cento relativamente às contas de dois mil e dez. -----

A formação continua a ser ignorada pelo executivo que consagra uma verba de apenas dois mil euros para quase trezentos funcionários! É de referir que em dois mil e dez a despesa foi de zero euros! -----

- Como se justifica que uma Câmara com quase trezentos funcionários contrate duzentos e sessenta e um mil euros de Estudos, pareceres, projectos e consultadoria (rubrica 02.02.14) e cento e trinta e um mil euros de Outros trabalhos especializados (rubrica 02.02.20)? Acreditamos que o investimento na formação e melhor organização interna reduziria substancialmente estas verbas. -----

Estranhamos que os Estudos, pareceres, projectos e consultadoria aumentem em cento e quarenta e oito mil euros (cento e trinta e um por cento) relativamente ao orçamento de dois mil e onze e duzentos e nove mil euros (quatrocentos e quatro por cento) relativamente às contas de dois mil e dez! -----

- Como se pode aceitar uma rubrica supostamente residual como Outros serviços (rubrica 02.02.25) tenha um saldo de oitocentos e trinta e quatro mil euros, quatro virgula cinco por cento do total das despesas do orçamento? Trata-se da mais pura e simples manobra de esconder a natureza das despesas. Que despesas serão estas de valor tão alto que não interessa mostrar em detalhe? -----

A atribuição de subsídios às Instituições Sem Fins Lucrativos, no montante de trezentos e trinta e sete mil euros, um virgula oito por cento do orçamento, continua a ser feita de forma indiscriminada. É nesta rubrica que se incluem os apoios para instituições sociais, desportivas e recreativas. Que critérios são utilizados? Será que o Executivo da Câmara Municipal de Almeirim sabe que instituições vão ser atribuídos? Quem nos garante que as instituições abrangidas são as que mais necessitam e as que mais merecem? O PSD continua a defender a existência de um regulamento para a atribuição de subsídios. Se este já existisse, as verbas seriam distribuídas de uma forma equitativa e justa. -----

No que concerne às muito importantes despesas de investimento, aquelas que trazem aumento do nível de vida para as populações e equipamentos sociais necessários, se



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

compararmos com o orçamento de dois mil e onze vimos uma diminuição de um virgula nove milhões de euros. -----

Se analisarmos os investimentos mais significativos do Município: -----

- Novo troço da circular urbana de Almeirim: um virgula um milhões em dois mil e doze, um virgula cinco milhões no total -----

- Casa da Cultura de Fazendas de Almeirim: zero virgula oito milhões em dois mil e doze, zero virgula nove milhões no total -----

- Construção de silo automóvel entre as Ruas Bernardo Gonçalves e Gonçalo da Silveira: setenta e oito mil euros em dois mil e doze, um virgula cinco milhões no total

- Requalificação do Mercado Municipal: quinze mil euros em dois mil e doze; um milhão no total -----

Relativamente aqueles que este executivo elegeu como prioritários não podemos deixar de tecer alguns comentários: -----

- A verba definida para a construção da Casa da Cultura em Fazendas de Almeirim é, na nossa perspectiva, insuficiente para se construir um equipamento numa perspectiva de futuro. A Freguesia de Fazendas de Almeirim tem necessidade de ter um equipamento à imagem e semelhança da Biblioteca Municipal de Almeirim, com livros técnicos e de ficção para públicos de todas as idades, com publicações periódicas, acesso wireless à internet, salas para estudo, salas de leitura e um anfiteatro multiusos. Tudo com um espaço lúdico de lazer envolvente. Mais este equipamento deveria ser localizado junto às escolas; -----

- O investimento previsto para a requalificação das escolas é irrisório, face às necessidades. É para nós a maior prioridade a nível de investimento a requalificação das escolas mais antigas; -----

- Nada existe quanto à tão necessária escola profissional. Este é um investimento estruturante para o Concelho e pode vir a ser marcante para toda a região; -----

- O troço da circular urbana previsto continua a ser insuficiente para o objectivo que se pretende com uma Circular Urbana. Para além de se apresentar como uma “manta de retalhos” e de ajustes, não terá os efeitos que estão na base da sua conceptualização. Uma circular Urbana deve ter duas faixas em cada sentido em toda a sua extensão, não deve partilhar área com a estrada Nacional e deve unir todas as principais entradas da malha urbana. Isto é algo fundamental para que ela seja eficaz e não está previsto. A mobilidade a nível do transporte de pessoas e bens necessita desta obra concluída; -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

- A opção de investimento do silo automóvel no centro da cidade, quer pelo montante definido, quer pela existência e investimento efectuado em outros equipamentos na área, é na nossa perspectiva, completamente desajustada. Não achamos este investimento prioritário, não faz sentido que seja feito num espaço requalificado recentemente, o terreno não é o mais ajustado para o mesmo, acarreta custos mensais elevados pois obriga a ter seguranças 24h/dia sob risco de vandalismo, furtos e criminalidade no seu interior. Caso houvesse necessidade há espaços abandonados mais baratos para o fazer. É um desperdício de dinheiro injustificável. O PSD já antes defendeu a aquisição do espaço adjacente ao Parque Desportivo Municipal, vulgarmente denominado por “celeiros”, cujo preço base de venda é de setecentos e cinquenta mil euros, para estacionamento e construção de novas estruturas desportivas; -----

- A requalificação do Mercado Municipal tem de fazer sentido. O espaço não pode ser requalificado sem que se saiba muito bem o que fazer com ele como foi o caso do Cine-Teatro no qual se gastou mais de dois milhões de euros para que tenha pouco aproveitamento; -----

- Não sendo possível construir em altura no terreno que tinha sido cedido pelo Município ao Centro Paroquial para fazer o seu Centro Social, o PSD propõe que no local onde estava previsto construir o Centro Social sejam feitos equipamentos desportivos. Tal permitiria dotar a zona sul da cidade infra-estruturas adequadas às necessidades do aglomerado habitacional que lá existe e de complemento à Escola dos Charcos. -----

Não vemos neste orçamento as respostas que o Concelho de Almeirim necessita! -----
Por conseguinte e tendo em consideração os superiores interesses de Almeirim e das suas gentes, o Grupo do PPD/PSD considera que a aposta de investimento deverá ser priorizada por: -----

- Aumento da verba proposta para a Casa da Cultura de Fazendas, sendo esta constituída por valências de Biblioteca e espaço infantil, sala de trabalhos, sala de informática, sala de conferências e respectivas áreas de apoio. Para além do equipamento com estas valências, considera ainda que este se deve inserir num contexto agradável de convívio, de lazer e abrangente para toda a população. Esta necessidade será uma boa oportunidade para se dotar a freguesia de um jardim bem dimensionado com vários equipamentos lúdico-recreativos e desportivos tão prementes para a qualidade de vida da sua população; -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

- Requalificação do parque escolar, utilizando as prioridades enunciadas pela Carta Educativa. Consideramos esta medida fundamental por princípios básicos de equidade, modernização e conforto que estes equipamentos tanto necessitam de forma a garantir a formação dos nossos jovens e o sucesso educativo; -----
- Investir na construção de uma Escola Profissional trans-concelhia, com uma oferta de cursos que garanta a formação dos nossos jovens e que sirva de base às necessidades do tecido empresarial da região; -----
- Finalizar a circular urbana de Almeirim numa perspectiva ideal e que garanta o investimento no futuro (escoamento do trânsito rápido e seguro através de duas faixas em cada sentido, traçado linear, ligação fácil às várias zonas da cidade através de rotundas, acessibilidade fácil à Zona de Actividades Económicas e traçado que garanta a não passagem de veículos pesados pelo centro da cidade); -----
- Optimizar os parques de estacionamento existentes, nomeadamente o parque da rua Bernardo Gonçalves, de forma a garantir o aumento de lugares de estacionamento e, caso necessário, verificar a aquisição de terrenos com dimensão e localização estratégica para construir novos parques e/ou redimensionar os já existentes, nomeadamente junto do mercado municipal e do tribunal; -----
- É prioritário para o PSD a aquisição dos “celeiros” para parque de estacionamento e a construção de novas estruturas desportivas; -----
- Deve aproveitar-se o terreno que iria supostamente servir para construir o novo Centro Social dotando-o de equipamentos desportivos que são prementes para aquela zona da cidade. -----

Face ao que atrás ficou descrito, o Grupo do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Almeirim vota contra as propostas de Orçamento e Plano da Câmara Municipal de Almeirim para o ano de dois mil e doze. -----

Assembleia Municipal de Almeirim, trinta de Dezembro de dois mil e onze. O Grupo do PPD/PSD. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JORGE VEIGA DIAS (Grupo do PS) »» Estamos a apreciar o Plano Plurianual de Investimentos – PPI, para dois mil e doze, não esquecendo a conjuntura mais difícil que estamos a viver dos últimos anos, no entanto esta conjuntura leva-nos a apreciar um Plano que se apresenta ao órgãos autárquicos em duas circunstâncias distintas que passamos a referir; a dependência das Autarquias dos meios postos à disposição do Orçamento Geral do Estado e da Administração Central, quanto a estes são



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

fracamente desanimadores dada a contracção imposta pelo Orçamento Geral do Estado que nas transferências feitas pelo Governo para apoio à educação, à Saúde em particular no acesso ao crédito bancário, particularmente recessivo no momento que vivemos e no próximo ano. -----

A segunda circunstancia que nos anima bem mais no nosso desempenho, é o acesso aos Fundos Comunitários que por parte da nossa Câmara terá sido particularmente eficaz ao ponto de o nosso município beneficiar da aplicação da reserva de eficiência que nos permite avançar e concluir algumas obras importantes e estruturantes para o nosso Concelho. -----

Referimos apenas algumas; A construção do troço da Circular Urbana que liga a Estrada do Vale de Barrocas à Quinta da Conceição, obras aliás já em curso; a construção da Casa da Cultura de Fazendas de Almeirim, cujo inicio já teve lugar; a construção da rotunda das fazendas de Almeirim, já em curso; a requalificação do Centro Cívico no Alqueve em Benfica do Ribatejo, cujo projecto está em fase de conclusão; A construção da Casa Mortuária de Raposa, também já em curso; a requalificação urbana dos principais arruamentos de Paço dos Negros, estudo em definitivo da hipótese mais viável para a construção da Casa Mortuária de Benfica e Cortiçóis com a elaboração do projecto. -----

Referimos os principais investimentos da responsabilidade do município no entanto outros há com menos responsabilidade por parte da Câmara mas ainda assim com participação activa e algum dispêndio, estamos a referir a; Centro Social com iniciativa do Centro Paroquial; Edifício para a instalação da Base Permanente da Força Especial dos Bombeiros do Distrito de Santarém da responsabilidade de fundos comunitários à Administração Central, recuperação do Edifício do Hospital em parceria com a Santa Casa da Misericórdia. -----

Entretanto, a empresa Águas do Ribatejo continuará a sua acção de construção e melhoria de funcionamento das nossas infra-estruturas básicas. -----

Considerando embora todas as dificuldades, as perspectivas apontadas no Plano e Orçamento são motivadores sobretudo pelo acesso conquistado a Fundos Comunitários que nos serão muito úteis. -----

----- (Intervalo) -----

----- (regresso ao trabalhos após um intervalo de dez minutos) -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos continuar com os nossos trabalhos. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Gostaria de pedir ao senhor Presidente que este ponto fosse retirado da Ordem de Trabalhos, visto que não nos foi entregue nenhuma documentação. Apenas nos foi entregue a proposta. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA CÂMARA »» No que diz respeito a este ponto e ao seguinte, que são precisamente iguais, são aquisições de bens que têm de passar pelas Assembleias Municipais, embora a Central de Compras da CIMLT seja conhecida e aprovada na Assembleia da CIMLT e na nossa. É um órgão que está a funcionar, mas que para adquirir determinados bens precisa da sua apreciação nas assembleias Municipais. Esta é a razão da presença destes dois pontos na nossa Ordem de Trabalhos de hoje. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vou manter os pontos da Ordem de Trabalhos. --

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» O Senhor Presidente está a manter o ponto e está a pedir-nos para intervir sobre um assunto sobre o qual não temos nenhuma a proposta, nem temos o programa de concurso, nem o procedimento, nem o caderno de encargos! Vamo-nos pronunciar sobre o quê? -----

É por acaso que estes documentos não vieram? Num ponto estão os documentos, neste não! -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Gostaria de informar que esta proposta foi aprovada na reunião de Câmara, por unanimidade, conforme certidão que lhe foi distribuída. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Sou membro da Assembleia e não do executivo. -----

PONTO TRÊS - APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA, PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS E CADERNO DE ENCARGOS E AINDA A DECISÃO DE CONTRATAR ATRAVÉS DA ADESÃO AO PROCEDIMENTO DE “AQUISIÇÃO DE ENERGIA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO E BAIXA TENSÃO ESPECIAL ATRAVÉS DA CENTRAL DE COMPRAS ELECTRÓNICAS DA CIMLT. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo inscrições para este ponto, vamos passar à sua votação. -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA a proposta de Pedido de autorização de despesa, Programa de Procedimentos e Caderno de Encargos e ainda a decisão de contratar através da adesão ao Procedimento de “Aquisição de Energia para as Instalações Alimentadas em Média Tensão e Baixa Tensão Especial através da Central de Compras Electrónicas da CIMLT, com vinte e um votos a favor, dezasseis votos do Grupo do PS, três votos do Grupo do MICA e dois votos do Grupo do PPD/PSD. Três votos contra do Grupo da CDU.-----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

DECLARAÇÃO DE VOTO

(Artigo trigésimo sétimo, do Regimento)

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» A CDU votou contra e faz voto vencido neste ponto em concreto por não nos ter sido dado um único dos documentos que estavam em aprovação. Não foi disponibilizado aos membros desta Assembleia, em o programa de concurso, nem o caderno de encargos, nem o procedimento de aquisição. Também ficamos sem saber se a aquisição de energia é só em média tensão e baixa tensão especial, visto que a outra também já está disponível ao consumidor. Ficamos sem saber tudo isso mas poderíamos saber se o caderno de encargos nos tivesse sido entregue. Isto é inaceitável, esta Assembleia acaba de aprovar um documento e uma cláusula contratual que se desconhece. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos ao ponto quatro da Ordem de Trabalhos, que à semelhança dos anteriores será por minuta. -----

PONTO QUATRO - APRECIACÃO, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS QUE DECORRERÃO DO CONTRATO A CELEBRAR DE: "APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA, LANÇAMENTO DE CONCURSO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS E CADERNO DE ENCARGOS PARA CONCURSO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS, GASÓLEO A GRANEL, GÁS PROPANO E LUBRIFICANTES ATRAVÉS DA CENTRAL DE COMPRAS ELECTRÓNICAS DA CIMLT". -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -----
Não havendo inscrições, passamos à sua votação por minuta. -----

DELIBERADO APROVAR UNANIMIDADE E MINUTA proposta de autorização para repartição de encargos que decorrerão do contrato a celebrar de: "Apreciação e Aprovação do Pedido de autorização de despesa, Lançamento de Concurso, Programa de Procedimentos e Caderno de Encargos para concurso de Aquisição de Combustíveis Rodoviários, Gasóleo a Granel, Gás Propano e Lubrificantes através da Central de Compras Electrónicas da CIMLT". -----

DECLARAÇÃO DE VOTO

(Artigo trigésimo sétimo, do Regimento)

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» A CDU votou favoravelmente este ponto, visto ter recebido os documentos que estavam em votação e deliberação, podendo assim analisá-los antes de os votar. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos para o ponto cinco, que também será votado por minuta. -----

PONTO CINCO – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO DE ALMEIRIM. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Gostaria de informa que estamos a fazer uma proposta de alteração a um Regulamento Municipal, precisamente para consertarmos a nossa acção com os outros Municípios que fazem parte da CIMLT. Entendeu-se que sendo municípios vizinhos com características semelhantes não parecia lógico que tivesse regulamentos municipais de urbanização e edificação, muitas vezes com grandes diferenças. Os técnicos das várias Câmaras, consertaram entre si esta estratégia comum. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -----
Não há inscrições, vamos passar à votação por minuta. -----

DELIBERADO APROVAR UNANIMIDADE E MINUTA a proposta de Alteração do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação de Almeirim. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos para o ponto seis, que também será votado por minuta. -----

PONTO SEIS – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO MUSEU MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALMEIRIM. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Gostaria de dizer que desejamos dotar o município com um Regulamento que possa fazer face ao Museu que estamos a ultimar. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Já me pronunciei um pouco sobre esta matéria. Devo dizer que o Regulamento está muito bem feito. Mas tive que achar alguma piada. Temos um Regulamento muito bem feito, mas não temos é Museu Está tão bem feito que até dava para ser usado no Museu de arte Antiga, mas para nós o problema é que não temos Museu. E se tivéssemos nunca seria o Museu de arte Antiga, seria o Museu do Coches, visto a localização onde ele se encontra, no Centro Coordenador de Transportes. -----

Aliás, quem fez este Regulamento teve de certeza vergonha de por aqui a localização do dito Museu. Já viram o que seria vir aqui no Regulamento que vai ser publicado em



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Diário da República, localização do Museu: Centro Coordenador de Transportes. As pessoas pensavam que era o museu dos coches ou melhor o museu das carroças. ---- Então resolveram meter como endereço a Rua de Coruche. Os turistas que pretenderem visitar o dito Museu, e que já fazem fila uns atrás dos outros, coitados, vão ter de fazer a Rua de Coruche toda, de uma ponta a outra, porque o Museu não tem número de porta, porque será? Envergonharam-se de colocar Centro Coordenador de Transportes. Isto é uma chatice, quando as coisas nascem tortas, depois para as endireitar dão um trabalhão do raio mesmo com muita boa vontade. ---- Ainda outra observação sobre o regulamento, este é ambicioso, no artigo sete, prevê-se a orgânica dos serviços. Isto é um sonho para o futuro. Eu que sou toda pro-cultura, com serviço de museografia, serviço de conservação e restauro, serviço de inventário...para além da directora técnica que já existe, isto é uma coisa séria! Prevê-se ainda que as pessoas no Museu não possam comer quando andarem a passear nas diversas salas. Mas será que há diversas salas? -----

Para a CDU só nos resta dizer que esperamos que agora que já temos um bom Regulamento para o Museu, dentro de alguns anos tenhamos um verdadeiro e bom Museu, que por certo nunca poderá ser bom se continuar no Centro Coordenador de Transportes. Por isso espero que a proposta que a CDU apresentou como ponto último desta assembleia possa ser uma sugestão. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» vamos passar à votação do ponto seis por minuta. -----

DELIBERADO APROVAR UNANIMIDADE E MINUTA a proposta de Regulamento do Museu Municipal do Concelho de Almeirim. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos para o ponto sete, que também será votado por minuta. Este ponto já veio uma vez à Assembleia Municipal.-----

PONTO SETE – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» »» Peço desculpa de falar tanto. ----- Para muitos jovens deste Concelho um regulamento de bolsas de estudo é muito importante. Só por isso é que a CDU se vai abster, porque caso contrario votaria contra por causa de um conjunto de situações que passo a enumerar: numa anterior reunião desta Assembleia, a CDU pediu o adiamento desta deliberação, porque a proposta apresentada pela câmara continha uma inconstitucionalidade. Mais à frente



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

falaremos da alteração que foi introduzida para debelar esta inconstitucionalidade. Antes queremos aqui abordar a informação que foi levada ao Executivo, após nova consulta desta segunda vez. Esta informação refere que não tinha havido participação na consulta pública. Não sei quem mentiu, mas alguém mentiu. Porque houve participação na consulta pública, foi a minha, e foi feita dentro do prazo legal, exactamente três minutos antes do fim da hora prevista para findar a consulta pública. Foi feita no dia dez de Outubro de dois mil e onze às vinte e três horas e cinquenta e sete minutos. Tenho registo dos emails, poderei depois disponibilizá-los aos membros desta assembleia. Esta participação só foi feita a essa hora, porque a página da Autarquia tem um endereço de internet que já não funciona, e tive um trabalhão para encontrar um novo. Houve uma participação na consulta pública, daí alguém ter mentido ao Executivo, mentira que é agora transmitida novamente a esta Assembleia. Essa participação foi directamente enviada para o email gap.cma@almeirimdigital.com no dia que já disse, dirigida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que é a pessoa a quem nos devemos dirigir. A minha opinião sobre a matéria dizia o seguinte: O Edital que divulgava a consulta pública remetia, mais uma vez para um regulamento localizado no site da Câmara que não correspondia ao texto em consulta pública, era o velho. Já tinha informado a Senhora Vereadora na reunião da Assembleia Municipal numa reunião anterior da Assembleia Municipal. No Edital publicado em Diário da Republica, o cidadão que estivesse interessado em participar e consultar o novo texto deste regulamento, nomeadamente os jovens candidatos interessados, e que fossem à página da Câmara tal como era dito, não o encontravam! ----- Por outro lado e no que diz respeito à inconstitucionalidade que propus que fosse corrigida, a solução encontrada foi absurda. Foi reconhecida, a inconstitucionalidade pelo jurista, mas a solução escolhida para a resolver não passa pela cabeça de ninguém! Isto é; mantém-se a inconstitucionalidade numa alínea, quando era simples eliminá-la, pois bastava tirar essa alínea, e introduz-se uma nova alínea mais abaixo a anular o efeito da alínea anterior!. ----- Quanto à forma adoptada para o cálculo da bolsa, é na minha opinião pouco complicado e no que se refere ao processo de análise das candidaturas também tenho grandes dúvidas da legalidade, pois este remete para uma só pessoa e não para um colectivo. Em nenhuma outra situação isto acontece. E ainda mais, se alguém contestar a decisão, e se quiser recorrer da mesma é à mesma pessoa que se dirige. E se esta continuar a dar-lhe nega, resta ao candidato como única possibilidade reclamar junto da Vereadora, nunca chegando órgão Executivo, que é no entanto o



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Órgão que delibera. Sendo que a atribuição das bolsas devem obrigatoriamente ser deliberadas pelo Órgão Executivo penso que este também deve ter a última palavra em relação às contestações. -----

Estas foram as questões que coloquei na consulta pública dentro do prazo e que foram omitidas e não foram tidas em conta. -----

No entanto como nós sabemos que infelizmente os cidadãos estão com dificuldades em estudar, e necessitam muito destas bolsas, e precisam que ela seja aprovada, com a maior urgência a CDU não vai votar contra a proposta mas simplesmente abster-se nesta votação. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Antes de passar à votação deste ponto por minuta, gostaria de lhe dar a conhecer que deu entrada na Mesa um requerimento apresentado pelo Grupo do PS, a requerer o prolongamento da Sessão por mais sessenta minutos para conclusão dos trabalhos e para que as intervenções do público se possam fazer nos termos da Lei. -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA a proposta de Regulamento para Concessão de Bolsas de Estudo, com vinte e um votos a favor, dezasseis votos a favor do Grupo do PS, três votos do Grupo do MICA e dois votos do Grupo do PPD/PSD. Três abstenções do Grupo da CDU. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos para o ponto oito, que á semelhança dos anteriores, também será votado por minuta. -----

PONTO OITO – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DA GALERIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -----

MANUELA CUNHA (Grupo do CDU) »» Não tenho nada contra o regulamento apresentado, no entanto não quero deixar de fazer esta observação. Numa Câmara onde não há regulamento para os transportes escolares, onde não há regulamento de publicidade, coisa estranha, porque no anterior mandato, aprovei com o resto do Executivo um regulamento de publicidade, mas não sei onde anda. Onde não há regulamento do cineteatro; onde não há regulamento da biblioteca; onde não há tudo isso, os primeiros regulamentos que nos vêm agora aqui para aprovar são para dois equipamentos que tendo o seu interesse, enfim, são os de menor utilização e menos problemáticos!-----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Espero que em breve venha aqui à Assembleia um outro conjunto de regulamentos, para que as actividades do município funcione como deve ser, e para que os cidadãos tenham os seus direitos e deveres clarificados relativamente a cada espaço e equipamento municipal. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não há mais inscrições, por isso vamos passar à votação do ponto, que com sabem, também será por minuta. -----

DELIBERADO APROVAR UNANIMIDADE E MINUTA a proposta de Regulamento da Galeria Municipal de Almeirim. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos para o ponto nove, que á semelhança dos anteriores, também será votado por minuta. -----

PONTO NOVE – APRECIACÃO DA PROPOSTA DE PERCENTUAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR NO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM NO ANO DE DOIS MIL E DOZE, SEJA DE ZERO VIRGULA VINTE E CINCO POR CENTO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Este ponto não é mais que o cumprimento de um preceito legal, que obriga a trazer à Assembleia este assunto para apreciação. Tratasse de uma taxa, que é igual á que já estava em vigor. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» A CDU vai votar contra, não que estejamos contra a taxa de passagem ou o seu valor, mas pelo facto que quando a Lei foi criada, o seu pagamento devia sair dos lucros da empresa, e isso não acontece, porque elas colocaram indevidamente este valor da taxa de passagem na factura do consumidor, numa interpretação muito duvidosa da Lei. Enquanto tal acontecer, a CDU em todos os municípios do país votará contra a taxa de passagem. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» Pelos mesmo motivos, embora o nosso sentido de voto seja a abstenção. Compreendemos que seja desejável que se proponha a cobrança de qualquer valor por parte dos cidadãos, mas também compreendemos da necessidade de verba por parte da Autarquia. Há uma imposição legal para que este assunto venha à Assembleia, mas não há nenhuma imposição legal para que a Câmara cobre qualquer valor ou mantenha a taxa máxima de passagem. É lamentável que se mantenha mais um encargo para os cidadãos numa altura que se prevê grandes dificuldades para algumas famílias, pois a comunicação



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

fixa, ainda é a única via comunicação para muitas famílias mais carenciadas e mais idosas. -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA a Proposta de percentual da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar no Município de Almeirim no ano de dois mil e doze, seja de zero virgula vinte e cinco por cento, com dezasseis votos a favor do Grupo do PS, três votos contra do Grupo da CDU e cinco abstenções, três do Grupo do MICA e duas do Grupo do PPD/PSD. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo declarações de voto, vamos passar ao ponto dez da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO DEZ – APRECIACÃO DA ACTUAL SITUAÇÃO LABORAL DOS TRABALHADORES DA EX-ALDESC.EM, A DESEMPENHAREM ACTUALMENTE FUNÇÕES PARA A CÂMARA MUNICIPAL. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -----

JORGE VEIGA DIAS (Grupo do PS) »» Gostaria de dizer o seguinte; -----
Relativamente a este ponto que terá a sua discussão a seguir, o Grupo do Partido Socialista, por se encontrar a decorrer um concurso de contratação de pessoal e que a sua fase de selecção ainda não terminou, que se inclui, candidatos desta empresa, e que qualquer posição que aqui possa ser assumida, nós como grupo responsável, não iremos ter qualquer intervenção no ponto, porque entendemos que podemos prejudicar o concurso e inclusivamente os próprios funcionários. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» De facto este ponto foi agendado na Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal de Almeirim, a pedido da CDU. Devo dizer que desde então, foram muitos os pedidos para não dizer outra palavra, para o retirar, com o protesto que acaba de ser invocado pela bancada socialista. A CDU decidiu mantê-lo por três razões. Primeira, porque se os trabalhadores estão aqui hoje é porque não devem estar muito preocupados com as possíveis consequências para o concurso. A segunda questão, é porque chegaram a todos os Grupos Parlamentares os grupos Parlamentares na Assembleia da República, um email dos funcionários da ALDESC, que exponha e pedia a intervenção sobre um conjunto de questões., A terceira questão, é porque este é de facto um assunto de interesse municipal, que esta Assembleia tem o dever de analisar, de acompanhar e de ajudar a encontrar soluções. Não é um assunto novo, o argumento agora utilizado pelo Partido Socialista para ficar calado é muito cómodo. Devia ser de facto muito difícil abrir a boca sobre esta questão, por isso é muito mais cómodo ficar calado. Dizer-nos que o debate que



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

decorrer aqui hoje pode influenciar o júri, equivale a dizer que há um júri que pode ser influenciado, isto é grave! -----

A CDU pediu este ponto porque achava que era fundamental fazer alguma história desta situação, não só história, mas também porque há aqui responsáveis que deveriam ter um grande peso na sua consciência, se não conseguirem encontrar uma solução para os trabalhadores da ALDESC, trabalhadores, ex-trabalhadores, alguns deles a desempenharem funções em prol deste município e do bem-estar dos munícipes, à perto de quinze anos, não é à três dias! Como os senhores sabem e não vou contar nada de novo, porque já se preencheu muitas páginas de jornais locais e regionais, a CDU durante os anos em que eu fui Vereadora e que a ALDESC existiu, questionou o seu funcionamento. A CDU, julgo eu, aprovou a criação da empresa, porque no início era uma empresa vocacionada para gerir os espaços desportivos, mas que na realidade só geria a piscina. Aliás temos aqui um dos primeiros homens que esteve à frente da gestão das piscinas, o professor Luíz Inês. Mas a empresa que surgiu com este âmbito, virou-se depois também para a cultura, mas isto já numa fase final. Em dois mil e um quando eu entro para o Executivo Municipal, descubro que esta empresa era gerida à margem da lei, tenho várias declarações em reunião de câmara que referem que a empresa está “fora da lei”. Na gestão da empresa, tudo era à margem da Lei, tudo violava a Lei: o facto dos membros do Executivo serem membros do Conselho de Administração, e depois votarem nos executivos as propostas e as decisões referentes à empresa; o facto do património da empresa ser desconhecido assim como o quadro de pessoal. Durante muitos anos batalhei para que a empresa fosse gerida consoante as exigências legais, mas não era só perante uma questão de violação da lei, estávamos perante uma gestão económica danosa. Agora tenho de reconhecer que a prestação de serviços aos cidadãos em termos de qualidade nas piscinas era razoável. Mas isso tinha muito a ver com os funcionários e com o desempenho destes no seu trabalho. O que é verdade é que durante esses anos todos, a CDU batalhou pela legalidade e boa gestão da empresa. Mais tarde quando o Vereador Francisco Maurício ficou responsável e integrou o Conselho de Administração, a CDU assumiu aqui nesta Assembleia que reconhecia o seu esforço para tentar por as coisas a funcionar no quadro da Lei. Ele fez de facto um esforço, mas não conseguiu. Esse esforço foi logo derrotado pelo resto da maioria socialista que retomou a posse e que avançou novamente com os hábitos que tinha e que levaram inclusive até a problemas de caixa e outros. O que é verdade, é que quando em dois mil e sete a extinção da empresa veio a reunião de Câmara, mais uma vez, e



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

estão aqui as actas da época, ela não era apresentada em conformidade com a lei nem com a democracia. Começou logo pelo facto dos Vereadores saberem da extinção pelos jornais. Mas não foi a única anomalia, já tinha decorrido uma reunião com os trabalhadores, ou com alguns trabalhadores, mas isso nunca se soube, porque também nunca chegamos, nomeadamente os elementos da oposição, a ser informados na Câmara, de quantos trabalhadores havia exactamente na empresa. Essa era uma questão que as contas da empresa nunca nos permitiram saber, nem o documento do Revisor Oficial de Contas (ROC). Eu tenho exactamente uma declaração sobre isso. Nós nunca sabíamos bem, depois lá fiz uma pergunta, e um dia o ROC então lá referiu o número de trabalhadores, mais ou menos. Aliás, disse que era “mais ou menos”, vinte e oito ou trinta. Esta situação foi sempre dramática. A empresa morreu tal como nasceu sempre ao serviço dos interesses do Partido Socialista. Sempre na mentira, fazendo desta empresa algo de interesse eleitoral para não dizer mais, mas não era verdadeiramente algo para funcionar. Quando se juntou a parte da cultura com a do desporto as coisas continuaram exactamente na mesma, não melhoraram, por isso a declaração de voto que fiz no dia quinze de dez de dois mil e sete, estamos a falar exactamente do ano de dois mil e sete, do mês de Outubro de dois mil e sete, foi a que passo a ler: “Lamentamos que mais uma vez a informação da extinta empresa tinha sido dada aos trabalhadores antes da própria ordem de trabalhos ter vindo e discutida em reunião de Câmara”. Não sabemos se foi a todos os trabalhadores. Fiz um conjunto de considerações sobre a falta de informação. Mas mais, na declaração de voto que depois pedi o adiamento deste ponto, nesse dia, e depois ele foi de novo, só foi votado no dia vinte e dois de Outubro, a declaração de voto da CDU foi exactamente que passo a ler; “a proposta de extinção da empresa municipal apresentada pelos três elementos do PS que são simultaneamente membros deste Executivo e do Conselho de Administração da ALDESC vem dar razão às denúncias e acusações desde dois mil e um, venho a proferir e a demonstrar, assim como os restantes eleitos na CDU na Assembleia Municipal, relativas às irregularidades e falta de transparência de gestão da empresa e a incapacidade e falta de vontade política para assegurar a viabilidade económica e financeira da empresa municipal”, porque havia hipótese de assegurar isso, “agora face à necessidade por imposição legal de adaptar antes do fim do ano nos estatutos da empresa para dar cumprimento a um novo quadro legal, que vem clarificar e reforçar as exigências de transparência, por exemplo em matéria de contratação de pessoal, de rigor e sustentabilidade de gestão surge esta proposta, não ficam dúvidas que para o grupo



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

do PS como este se intitula, a empresa só teve utilidade enquanto governada e gerida à sua maneira e não como a Lei e a democracia o exigem. Assim preferem extingui-la, e aqui nada muda a história da ALDESC, acaba como começou, a proposta apresentada, persiste na atitude que tem caracterizado a gestão da empresa, a falta de transparência de rigor e irresponsabilidade. São disto exemplo os seguintes factos:

Primeiro – como é habitual a comunicação aos trabalhadores e à comunicação social sobre a extinção da empresa teve lugar antes da questão ser discutida no Executivo. –

Segundo – só hoje no início desta reunião é que foram distribuídos e porque solicitados por mim, os procedimentos legais que devem ser assegurados aquando da extinção de uma empresa municipal que se rege também pela Lei das Sociedades Comerciais. -----

Terceiro – não foi apresentado pelos eleitos do PS nenhuma proposta relativa à futura situação laboral dos trabalhadores contratados pela empresa, alguns dos quais há vários anos. Esta indeterminação deixa a CDU bastante preocupada, por isso apresentei antes desta reunião uma recomendação sobre este assunto que pretendo que seja anexa à acta desta reunião, assim como o pedido de informação que fiz sobre a situação laboral de cada trabalhador da empresa à qual ainda não obtive resposta.” Isto é, nós não conhecíamos a situação laboral de cada trabalhador, nós os elementos da oposição. -----

Quarto – não foi apresentado ao executivo qualquer documento verificador das intenções do Grupo do PS sobre o futuro da reorganização dos serviços da Câmara e perspectivas de necessidade de pessoal atendendo às novas funções que iram desempenhar.” Isto é, era óbvio que se pretendendo extinguir a empresa a piscina continuaria a existir, as pessoas continuariam a ir à piscina, a piscina continuava a precisar de trabalhadores, o gimnodesportivo a mesma coisa, por isso o que é que se devia ter feito? Como diz a minha recomendação, devia-se primeiro ter feito uma análise para que serviços é que passam estas competências. E agora, como é que é? Nestes serviços vamos lá adaptar o quadro de pessoal para absorver os trabalhadores da ALDESC e os encaixar, porque é óbvio que a Câmara passando a passar, diremos, a desempenhar as funções desempenhadas pela ALDESC, não tinha os trabalhadores para o fazer, ia busca-los à empresa. Nesses trabalhadores havia dois tipos de trabalhadores, aqueles que tinham sido requisitados pela empresa à Câmara e que regressavam naturalmente ao seu espaço, e havia os outros. Os outros, era simples, era de facto uma alteração do quadro de pessoal imediata com integração dos



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

trabalhadores. Isso não foi feito, e vão quatro anos. Quatro anos que houve conversas, promessas aos trabalhadores, e deixou-se a questão aqui andar a rolar. -----
E agora aqui estamos, num concurso público, numa situação de candidaturas abertas, que vieram nos jornais, não sei se é verdade ou não, mas é o que vem nos jornais e trabalhadores que durante quinze anos ou mais, deram o seu melhor a este município e para o funcionamento diremos, das instalações deste município ao serviço da população, estão agora em situação de não saber o amanhã das suas vidas. Isto não é justo, isto é revoltante, isto não é normal, isto é irresponsável. Por isso eu creio que todos aqueles que assumiram a responsabilidade de conduzir esta situação têm agora que encontrar soluções para a resolver. Têm o dever moral de o fazer. É um dever moral faze-lo. Porque de facto há aqui uma situação de profunda injustiça com todos estes trabalhadores. Julgo que pela minha parte não tenho mais nada para dizer. Julgo que é uma situação que demonstra o funcionamento da Câmara Municipal de Almeirim e não da Lei das Autarquias. Porque foi a violação e o não cumprimento da Lei das Autarquias que conduziu a esta situação, porque se a Lei tivesse sido cumprida a par e passo, não estaríamos aqui hoje nesta situação. Porque as piscinas continuam a funcionar, porque o cineteatro, enfim funciona pouco, mas continua aberto, porque o museu como se viu, porque a biblioteca existe, porque tem utentes, porque tudo isso existe, e não é fado, mas existe, por isso esperamos que isto não vire o fado do desgraçadinho e esperamos que se encontre aqui uma solução para esta questão. Há um dever moral do Partido Socialista perante estes trabalhadores. Tenho dito e não venham um dia dizer que a CDU foi responsável pela impugnação do concurso ou contrato, porque impugnar concursos acontece muitas vezes em muitos sítios. Há que relembrar o célebre concurso para veterinário da Câmara Municipal de Almeirim, mas pronto, não vamos aqui moer águas passadas, não vamos voltar atrás. Há um dever moral quanto a mim perante esta situação. Não tenho de facto mais nada a dizer. Julgo que os trabalhadores têm a solidariedade da CDU, como sempre tiveram. Está aqui a própria recomendação que entreguei nesse dia, no sentido de se garantir. Eu própria fui reunir com o Vereador da CDU da Câmara Municipal de Lisboa, onde se tinham extinguido duas empresas municipais para saber como é que eles tinham feito em Lisboa, com os trabalhadores das ditas empresas que tinham extinguido. Tudo correu bem em Lisboa, tudo foi possível. Em Almeirim nada foi possível, porque não se quis, porque não houve vontade política, porque sempre se quis gerir as coisas, gosta-se que os trabalhadores andem a pedir, gosta-se de ter os



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

trabalhadores sob chantagem na mão, e isso é lamentável, isso não é uma política socialista. Tenho dito. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Acho que não me devo referir a este assunto, enquanto estiver a decorrer o concurso. No entanto foram pronunciadas algumas afirmações graves e que eu considero ilegais e que se por acaso os trabalhadores da ALDESC tivessem passar por esses processos que a senhora Deputada Manuela Cunha disse, todos eles, não os vou recordar agora, muitos deles não conseguiam fixar-se nesta Câmara e assegurar o seu futuro. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» Depois da explanação da Deputada Manuela Cunha é fácil compreender a evolução do problema. -----

Não concordo com a postura da bancada do PS, que se renega a um direito que tem e que seria quase uma obrigação, que é participar nas Assembleias. É verdade que este assunto está aqui porque o proponente assim o achou e é da sua responsabilidade mantê-lo como também e, responsabilidade de cada um de nós assumir aquilo que dissermos. Não vejo qual é a relação entre a situação laboral dos trabalhadores e um concurso que está a decorrer. O júri só será pressionável se não for júri, se o for não se deixa pressionar por quem quer que seja. Portanto, um concurso só será impugnado se houver matéria de facto para o ser. -----

É lamentável e é triste o que está a acontecer a estes funcionários, e eu não conhecia concretamente situação embora conheça alguns de vós. Agora compreendo porque é que está aqui tanto público era assim que deveria acontecer em todas as assembleias – Haver muito publico para assistir. Agora compreendo, e reconheço mais uma vez que as empresas são tratadas como coisas virtuais que se ligam e desligam quando dá jeito a quem as gere. Ora, empresas não são isso, as empresas são pessoas, as empresas existem para as pessoas. Quando se decide que é economicamente mais viável ou politicamente mais favorável extinguir uma empresa dever-se-ia ter em conta a situação particular de cada um dos funcionários. Há pessoas nesta empresa, pelo que disse a Deputada Manuela Cunha, que já estão na empresa há mais de uma dezena de anos, que investiram parte da sua juventude, parte da sua energia física e da sua energia intelectual para o sucesso desta empresa. Que se empenharam na prestação dos serviços que não foram extintos, e que agora se encontram sem sustento, ainda por cima num ano difícil em que estamos. Penso que é mesmo assim, pois não tenho dificuldade em me colocar na pele de cada um deles. Sei o que sentem por não saber como é que vão pagar a renda de casa, a prestação da casa ao banco, a prestação do infantário, a sua alimentação. Parece-me



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

também, e ainda não foi aqui desmentido, que há alguém que não fez tudo o que podia ter sido feito. Se podia ou se fez, que se diga. O concurso provavelmente está aberto para colmatar a saída destas pessoas, dos lugares de trabalho que não foram extintos. O concurso a decorrer não resolve o problema de nenhum deles, muito pelo contrário, se tivermos em conta que qualquer funcionário com contrato público tem prioridade em relação a qualquer um destes funcionários demitidos, independentemente do seu currículo, se compreende que estes foram dura e desnecessariamente prejudicados. Isto é uma situação, grave, caótica, e se me permitem, pouco séria da parte de quem podia ter resolvido esta situação e ao mesmo tempo acautelado o futuro de todas estas pessoas que deram tudo do melhor para o funcionamento da ALDESC e para que os serviços fossem condignamente prestados. Sobre esta matéria e mais informações tem o Vereador Francisco Maurício, e como Vereador e como elemento do MICA, gostaria que o senhor Presidente da Câmara permitisse que ele nos dissesse algumas coisas sobre a postura do MICA sobre este assunto. -----

Volto a dizer, é pouco sério que se obrigue estas pessoas a estar na situação em que se encontram hoje, com graves dificuldades e com grande incerteza em relação ao seu futuro e dos seus filhos e neste ponto não tenho dificuldade de me colocar na sua situação pois também sou pai e facilmente reconheço o que lhes vai na alma e no coração, quando em causa os direitos e necessidades dos seus filhos. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Mais uma vez muito boa noite. -----

Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, o que o PSD vem fazer é também manifestar o que tem sido a sua opinião pública, que está escrita e documentada, e que pode ser consultada ao longo destes últimos anos. -----

A ALDESC era uma empresa municipal, cuja transparências nas contas não era uma realidade. Esta tinha uma serie de ilegalidades e não apresentava viabilidade financeira. Quando finalmente, após muita insistência, apareceram pela primeira vez as contas da ALDESC na Assembleia Municipal, no dia trinta de Abril de dois mil e sete, dia em que o Engenheiro José Alfaiate da CDU, tinha agendado discutir a situação da mesma, chegámos aqui e tínhamos um brinde em cima da mesa, que eram as contas da ALDESC. -----

Como o PSD já tinha feito a análise das mesmas no executivo, acabou por fazer uma análise na Assembleia. Nessa análise dissemos que no fundo o que acontecia na empresa era que ela todos os anos gerava uma receita através dos pagamento dos utentes, que só servia para pagar os ordenados, não gerava receita para mais nada.



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Os custos escalavam de uma forma assustadora e todos os anos a empresa estava na falência técnica. Como a empresa estava na falência e não tinha dinheiro para fazer os pagamentos, a câmara tinha de ceder dinheiro à ALDESC para a sanear financeiramente todos os anos. A empresa da forma como ela estava estruturada na altura, não tinha já sustentabilidade económica. Assim sendo, ou ela passava a ter gestão profissional e passava a ter viabilidade económica e fazia-se um cálculo sério, que também nunca foi feito sobre qual o custo social de cada utente, pois obviamente não se pode cobrar às pessoas exactamente aquilo que elas custam porque existe uma componente social, fazia-se esse cálculo, fazia-se esse pagamento por parte da Câmara à empresa e esta teria de dar zero de lucro. A alternativa a esta gestão profissional, era a extinção da mesma e a integração dos seus quadros de pessoal na Câmara Municipal de Almeirim, tendo eu lido na altura, pela bancada os motivos: “pela ruínoza gestão, que ocorre todos os anos sucessivamente o Grupo PPD/PSD na Assembleia Municipal de Almeirim defende a sua extinção e a integração do seu quadro de pessoal na Câmara Municipal de Almeirim”. Isto está escrito em trinta de Abril de dois mil e sete. Nesta altura o Presidente do município e os deputados aqui eleitos achavam que era um perfeito disparate, que o que o PSD queria era por a empresa a dar lucro, que queríamos era aumentar os preços das tarifas. ----- Passado uns meses perceberam que afinal de contas estavam enganados, e então qual não é o nosso espanto que decidem fazer a extinção da empresa. Esse tema vem à Assembleia Municipal no dia dezasseis de Novembro de dois mil e sete e nós voltamos a dizer e a reafirmar a mesma coisa que acabei de dizer à pouco: “porque o que nos queremos é que os serviços que eram da ALDESC, sejam integrados na câmara e que eles funcionem, e eles para funcionarem têm que funcionar com as pessoas que percebem daquilo com pessoas que saibam do assunto que já tenham experiência. Portanto nós queremos para o bom funcionamento dos serviços que essas mesmas pessoas continuem. Acho que isto é obvio, lógico e compreensível e perfeitamente aceitável por qualquer um que aqui está. Agora se é ao abrigo do artigo trezentos e quinze, cento e vinte e três sinceramente acho que isso não é o mais relevante para aqui. Isso não trás nada de novo nem de benéfico, esta discussão que estamos aqui a ter tal como já tinha dito antes também não se pode fazer omeletes sem ovos, temos bons serviços também temos que ter bons funcionários e também se há alguém que tem falado muitas vezes em formação aqui, é o PSD. E da mesma forma também quero aqui dizer que quem tiver duvidas que vá as actas, pelo menos na última acta da Assembleia. A integração no quadro pessoal da Câmara Municipal



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

de Almeirim. Gostava também de dizer que realmente pensava que houvesse alguém da bancada do PS que fosse dar os parabéns ao PSD porque afinal de contas e ao fim de tantos anos temos sido o primeiro grupo parlamentar aqui a formar a iniciativa de defender a extinção ou profissionalização da ALDESC e a sua gestão. Defendemos uma ou outra senão também não fazia sentido a existência da empresa.”-----

Isto acontece na Assembleia Municipal e vai acontecendo depois várias vezes em reuniões de Câmara, pois o Vereador Pedro Pisco dos Santos fala disso mesmo, Podem ir ao site do PSD, escrevam ALDESC e leiam o que lá está. -----

Também o Vereador Pedro Pisco dos Santos, como exemplo, disse a três do doze de dois mil o oito o seguinte na reunião de Câmara, na altura que tinha agendado um ponto semelhante a este, onde questionou o Presidente da Câmara porque ele de facto não o agendou. Foi pedido para ser discutido, para ser debatido e não foi agendado. -----

O que tem acontecido da nossa parte é colocar questões a nível de fiscalização, como também alguns de vocês, trabalhadores da ALDESC, presenciaram. Não tendo nós acesso às contas directamente, vamos sabendo o que se vai passando da forma como presenciaram. -----

A liquidação da ALDESC só foi registada em dois mil e onze e não temos conseguido saber mais do que isto por mais que perguntemos. -----

A nossa posição foi sempre esta desde o início. Ela é pública e pode ser consultada através das actas e do site do PPD/PSD. Agora de repente aparece o concurso público. Nós mantemos a mesma posição que é que os vinte e quatro trabalhadores são importante porque são pessoas experientes nas suas tarefas e há vinte e dois mil potenciais utentes, que são as pessoas que vivem neste município. E essas pessoas têm de ter os seus serviços a funcionar e com qualidade. Isso é uma coisa que deve ser garantida pelo município. O que sinceramente esperávamos é que nos fosse dado algum esclarecimento do que está previsto para que estes serviços obviamente não parem e o que vai acontecer relativamente ao pessoal. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Sobre a intervenção dos senhor Deputado João Lopes, gostaria de referir uma intervenção que parece que é habitual nos tribunais na parte dos juizes, que é um termo que diz o seguinte “aos costumes disse nada”. É mais ou menos o que se passou com o Senhor Deputado João Lopes. -----

O Problema é que os trabalhadores estão aqui à espera que haja uma solução para eles e ainda à bem pouco tempo o Governo actual promulgou uma Lei que permite que os trabalhadores das empresas privadas prolonguem os seus contractos por mais



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

dezoito meses e em dezoito meses nós sabemos que vai acontecer muita coisa, provavelmente até as leis do trabalho se alteram. Porque é que esta alteração não abrange os trabalhadores das piscinas? Já fiz essa consulta às entidades que superintendem. Está nas mãos do Governo resolver esses problemas. Era só estender ao sector público a mesma legislação que saiu para os privados. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Gostaria de lembrar aos Senhores Deputados, que falta vinte minutos para a uma da manhã, que já gastamos com este ponto trinta e dois minutos, mas como é um ponto importante e vou permitir que a Senhora Deputada intervenha mais uma vez, mas que procure ser breve. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» O Senhor Presidente da Câmara diz agora que é uma questão do Governo. O que é lamentável é que se tenha deixado, foi em dois mil e sete que foi à reunião de Câmara, depois ainda veio à Assembleia Municipal, estamos em dois mil e onze, e a situação dos trabalhadores andou aqui enxertada, com remendos. -----

Esta é uma questão que tem de ser resolvida, e não é resolvida com pressões que andam a fazer sobre alguns trabalhadores, para eles assinarem contrato com algumas empresas privadas, isso não pode ser resolvido assim. Também já ficamos a entender algumas intenções que vêm atrás disto e que eu não quero ainda aqui revelar. -----

Há aqui um dever moral, um dever moral perante estes trabalhadores. -----
O PS tem um dever moral, porque de facto as pessoas não vieram para aqui para ouvir o historial da CDU e do PSD. Só o enquadrei porque o PS não pode fazer como Pilátos e lavar aos mãos, e manter-se ali caladinho e deixar que isto corra com o concurso. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Quero dizer perante os trabalhadores que estão em causa, nunca lhes neguei o dever moral de lhes resolver os seus problemas. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Ainda bem. Ficamos a aguardar e ficamos com a esperança que em dois mil e doze os trabalhadores da ex-ALDESC tenham uma solução encontrada para as suas vidas no quadro do município e das actividades municipais. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Faço minhas as últimas palavras da Senhora Deputada Manuela Cunha. Ou seja, formulo o desejo que os trabalhadores da Ex-ALDESC vejam em dois mil e doze definida e resolvida sua situação. -----

Passamos ao último ponto da Ordem de Trabalhos. -----
Este ponto foi-me apresentado pela CDU, para o agendar na Ordem de Trabalhos desta Assembleia. Na altura falava fazer-se uma apreciação sobre o interesse



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

patrimonial dos Edifícios do IVV. Posteriormente, e já com o Edital e com a Ordem de Trabalhos distribuída, chegou-me uma recomendação relativa a este mesmo assunto. Isto devia ter sido tratado no PAOD, na medida em que assumiu a forma de uma recomendação. No entanto, porque está na Ordem de Trabalhos, vamos discuti-la. Porém, espero que na próxima vez isto não aconteça. -----
Estão abertas as inscrições para que desejar se pronunciar sobre os edifícios do IVV. -

PONTO ONZE – APRECIACÃO SOBRE INTERESSE PATRIMONIAL DOS EDIFÍCIOS DO IVV (INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO), LOCALIZADOS NAS FREGUESIAS DE ALMEIRIM E BENFICA DO RIBATEJO. -----

----- (Recomendação) -----

Considerando o papel relevante que a vinicultura tem vindo a ocupar na economia do Concelho de Almeirim do Século passado até aos nossos dias; -----

Considerando que Almeirim em mil novecentos e trinta e sete chegou mesmo a ser o maior produtor de vinho do Ribatejo, o que não foi por certo alheio à construção de dois edifícios numa zona central da Vila, para a instalação dos serviços de apoio técnico da Junta Nacional dos Vinhos, organismo oficial de ligação entre produtores e poder político; -----

Considerando a importância desta actividade na história e cultura das nossas gentes; -

Considerando o interesse arquitectónico dos dois edifícios da Freguesia de Almeirim, que é importante preservar, não só pela marca que representa de uma época da arquitectura portuguesa, mas também e sobretudo pela traça indubitavelmente associada às funções que desempenhavam no apoio à actividade vinícola; -----

Considerando, ainda, a centralidade dos dois edifícios do IVV localizados na Freguesia de Almeirim, assim como a boa localização do edifício de Benfica, e as possibilidades que estes edifícios oferecem de reutilização para usos de interesse público e municipal, que contribuam para preservar a memória vinícola e agrícola do concelho e da região e como suporte e projecção destas actividades no presente e para o futuro. Reconvertendo nomeadamente estes edifícios em áreas de museologia, salões de exposição e actividades económicas, de fóruns e debates, e como espaços de actividade artística; -----

Considerando, por fim, a intenção expressa pelo Governo de alienar este Património do estado e atendendo ao facto que é importante garantir que este venha a reverter para o Município; -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

A Assembleia Municipal de Almeirim, reunida a trinta de Dezembro de dois mil e onze recomenda: -----

Um – Que a Câmara Municipal de Almeirim desenvolva esforços junto da tutela deste património para que os edifícios do IVV localizados nas freguesias de Almeirim e de Benfica do Ribatejo venham a integrar o Património Municipal. -----

Dois – Que a Câmara Municipal de Almeirim desenvolva ainda esforços junto dessa entidade para dar o seu acordo à classificação destes edifícios como Interesse Municipal. -----

Três – Que a Câmara Municipal desencadeie a abertura do processo de classificação de Interesse Municipal. -----

O Grupo da CDU na Assembleia Municipal de Almeirim. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Discordo da sua interpretação, mas para a próxima vez chamo-lhe proposta, assim já pode entrar. -----

Esta recomendação, porque de facto quem pode depois actuar é a Câmara, por isso é uma recomendação, e vem na Ordem de Trabalhos, que é para ter o tempo de debate devido. Consideramos, agora que até já há um regulamento para o museu, que ainda é de maior oportunidade e importância a nossa proposta. Ela não é nova. A CDU já apresentou esta proposta e volta a apresentá-la porque a considera muito importante. Nós tivemos a sorte de ter em Almeirim e em Benfica do Ribatejo, em duas freguesias do Concelho, instalações do IVV, que hoje estão abandonadas e já não cumprem com aquelas funções para as quais foram destinadas. Em Almeirim estes edifícios estão localizados num local privilegiado da cidade. Para além disso estes três edifícios revestem de facto características arquitectónicas muito interessantes e que para qualquer cidadão com uma história deste país o liga à história do vinho, da vinha e à história deste Concelho. A CDU considera que é mais que oportuno, num momento onde o Estado se quer ver livre de todos os edifícios, de não deixar passar e desperdiçar e passar ao lado destes edifícios e eles irem parar a outras mãos que não o município de Almeirim. Para que eles sirvam os interesses de Almeirim e que sejam uma memória activa da vida deste Concelho que está tão ligado à vitivinicultura. Peço que a proposta seja transcrita para a acta tal e qual como está por inteiro, pois eu não a vou ler. Por isso o que nós queremos com esta proposta e devido ao interesse destes edifícios é que a Câmara desenvolva esforços junto da tutela deste património para que estes edifícios venham para o património municipal. Segundo, que a Câmara Municipal desenvolva esforços junto da entidade competente para que se abra o processo de classificação municipal de interesse municipal. A abertura desse processo



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

de classificação de interesse municipal tem de ter o acordo dos proprietários actuais, se continuarem os actuais. Nós vemos todo o interesse, não só pela traça dos edifícios mas também porque por exemplo aquele edifício junto aos Charquinhos, tanto um como o outro tem um espaço bastante grande que podia servir para exposições, para debates sobre a agricultura, actividades culturais diversas e também com carácter económico, actividade de promoção do vinho da vinha, de produtos agrícolas e outros. É essa a proposta que está em cima da mesa e que espero que o interesse pela cultura que aparentemente renasceu como paixão, e seria um sítio excelente para colocar o museu, em parte do edifício ou no seu todo. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» A Senhora Deputada faz a proposta, mas não tem noção nenhuma do estado em que está aquele edifício, quanto é que ele custa e quanto custam as obras de recuperação. São valores proibitivos. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Então Senhor Presidente, diga-nos essa informação. Já com os celeiros foi a mesma coisa. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Já agora, referindo-me à intervenção da Senhora Deputada Manuela Cunha, e digo o seguinte; a localização do celeiro, embora bastante dispendioso, foi adquirido por um individuo que depois passou para um consórcio. -----

No IVV ninguém está interessado em ficar com ele. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» O Estado quer devolver edifícios, isso negocea-se. Agora, o Senhor Presidente tem de trazer claramente a proposta que se iniciou a negociação e a vontade política de o fazer. Hoje, o que pomos à consideração desta Assembleia é uma recomendação para que a Câmara desencadeie este processo, contactos, negociações. Não podemos ficar sem nenhum património nesta terra, a protesto de ser velho. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» A hora já vai avançada. -----

Dou a palavra ao Presidente da Junta de Benfica do Ribatejo, Senhor Alfredo Trindade. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO »» Pedi a palavra para agradecer à Senhora Deputada Manuela Cunha o interesse que ela nesta recomendação manifesta. Gostaria de lhe agradecer a preocupação que tem com o Edifício do IVV situado na Freguesia de Benfica do Ribatejo onde sou Presidente de Junta. Aproveitando o tempo de intervenção, deixar uma pergunta. Se a Senhora Deputada quando pensou em fazer esta recomendação à Assembleia se se deslocou